

# **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

**Informações Trimestrais (ITR) em  
30 de setembro de 2011  
e relatório sobre a revisão de  
informações trimestrais**

## **Relatório sobre a revisão de informações trimestrais**

Aos Administradores e Acionistas  
Desenvix Energias Renováveis S.A.

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Desenvix Energias Renováveis S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, bem como as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Ênfase**

Conforme mencionado na Nota 1(a)(ii), encontram-se em construção três parques eólicos, duas pequenas centrais hidrelétricas, uma usina térmica de biomassa e duas linhas de transmissão, cujo plano estratégico de investimentos contempla a utilização de recursos próprios e de terceiros, mediante a contratação de financiamentos de longo prazo junto a bancos oficiais de fomento. A administração da Companhia, considerando a importância dos referidos empreendimentos no contexto de suas operações, que possibilitarão a geração de receitas e resultados importantes, decidiu dar início a sua construção utilizando recursos financeiros próprios e de terceiros, mediante a contratação de financiamentos ponte, até que ocorra a liberação dos financiamentos de longo prazo. Como mencionado na Nota 1(d), o equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia, que apresenta, em 30 de setembro de 2011, excesso de passivos sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 243.850 mil, está condicionado e será restabelecido à medida em que a Companhia e suas empresas controladas recebam o saldo remanescente dos recursos financeiros dos financiamentos de longo prazo ainda não liberados, no montante remanescente de R\$ 133.580 mil. Ademais, em 12 de agosto de 2011 foi celebrado com a SN Power e com a Statekraft Norfund Power Invest AS, Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças, por meio do qual captou-se inicialmente um instrumento de dívida no valor de R\$ 120.000 mil, o qual poderá ser futuramente convertido em capital social da Companhia, caso sejam cumpridas determinadas condições precedentes.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações intermediárias do valor adicionado**

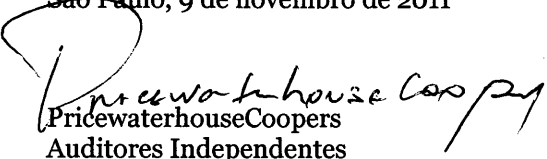
Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Partes relacionadas**

Conforme mencionado nas Notas 1 e 11 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas empresas controladas mantêm relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas.

São Paulo, 9 de novembro de 2011

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Celso Luiz Malimpensa  
Contador CRC 1SP159531/O-0

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	11
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	13
--------------------------------	----

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	14
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	15
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	16
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	17
--------------------------	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	85
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	88
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	100.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>100.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	808.388	644.077
1.01	Ativo Circulante	62.899	58.399
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	49.835	39.135
1.01.03	Contas a Receber	2.530	6.906
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.777	1.446
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.975	3.251
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	782	7.661
1.01.08.03	Outros	782	7.661
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	737	7.661
1.01.08.03.02	Outros	45	0
1.02	Ativo Não Circulante	745.489	585.678
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	105.301	173.828
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	105.301	173.828
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	105.301	173.828
1.02.02	Investimentos	607.895	381.919
1.02.03	Imobilizado	476	291
1.02.04	Intangível	31.817	29.640

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	808.388	644.077
2.01	Passivo Circulante	213.289	32.048
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.366	913
2.01.01.01	Obrigações Sociais	254	185
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.112	728
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.857	3.970
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.857	3.970
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	49.602	18.612
2.01.05	Outras Obrigações	157.464	8.553
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	151.807	5.146
2.01.05.02	Outros	5.657	3.407
2.01.05.02.04	Fornecedores	1.088	761
2.01.05.02.05	Contas a pagar por aquisição de terra	4.566	2.646
2.01.05.02.06	Outros	3	0
2.02	Passivo Não Circulante	14.500	23.435
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.995	17.464
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	10.995	0
2.02.03	Tributos Diferidos	3.505	3.505
2.02.04	Provisões	0	2.466
2.02.04.02	Outras Provisões	0	2.466
2.02.04.02.04	Provisão para passivo a descoberto	0	2.466
2.03	Patrimônio Líquido	580.599	588.594
2.03.01	Capital Social Realizado	546.787	546.787
2.03.04	Reservas de Lucros	6.220	6.220
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-11.447	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	39.039	35.587



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.501	4.560	785	2.270
3.01.01	Serviços prestados	1.501	4.560	785	2.270
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.754	-5.036	-1.450	-3.252
3.02.01	Custo das vendas e dos serviços prestado	-1.754	-5.036	-1.450	-3.252
3.03	Resultado Bruto	-253	-476	-665	-982
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.505	1.661	-1.913	3.529
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.780	-5.193	-1.166	-2.540
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.724	-6.311	-2.741	-3.451
3.04.05.01	Honorários da administração	-1.070	-3.047	-481	-919
3.04.05.02	Com estudos em desenvolvimento	-654	-3.045	-2.260	-3.950
3.04.05.03	Outras Receitas Operacionais, liquidas	0	-219	0	1.418
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.009	13.165	1.994	9.520
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	7.009	14.798	2.063	9.485
3.04.06.02	Dividendos recebidos	0	833	0	212
3.04.06.03	Provisão para passivo a descoberto	0	-2.466	-69	-177
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.252	1.185	-2.578	2.547
3.06	Resultado Financeiro	-5.125	-14.410	-2.644	-9.277
3.06.01	Receitas Financeiras	1.369	2.298	920	965
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.494	-16.708	-3.564	-10.242
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.873	-13.225	-5.222	-6.730
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	921	1.778	-133	-133
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-952	-11.447	-5.355	-6.863
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-952	-11.447	-5.355	-6.863
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00000	0,01710	0,00000	0,01020
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00000	0,01710	0,00000	0,01020

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-19.616	-3.762
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-8.064	-3.376
6.01.03	Outros	-11.552	-386
6.01.03.01	Juros pagos sobre financiamentos	-11.552	0
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-386
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	8.977	94.978
6.02.01	(Aplicação) resgate de aplicação financeira restrita	0	463
6.02.02	Aquisição de investimentos	-56.897	-17.507
6.02.03	Aquisição de terras	-499	-8.333
6.02.04	Dividendos recebidos	8.321	14.042
6.02.05	Aquisição de bens do imobilizado e intangível	-216	-128
6.02.07	Parte Relacionadas-Concessão e pagamentos de recursos	-83.171	-606
6.02.08	Parte Relacionadas-Obtenção e recebimento de recursos	146.661	7.271
6.02.09	Parte Relacionadas-Gastos apropriados ao ativo intangível	-5.222	-16.825
6.02.10	Caixa e equivalentes de caixa recebido por incorporação	0	116.601
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	21.339	67.522
6.03.01	Obtenção de financiamentos	176.472	10.000
6.03.02	Pagamentos de financiamentos - principal	-154.238	-24.365
6.03.03	Aumento ou integralização de capital e adiantamentos	-895	88.387
6.03.04	Dividendos pagos	0	-6.500
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.700	158.738
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	39.135	1.775
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	49.835	160.513

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	546.787	0	6.220	0	35.587	588.594
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	546.787	0	6.220	0	35.587	588.594
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.447	3.452	-7.995
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.447	0	-11.447
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.452	3.452
5.05.02.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	3.452	3.452
5.07	Saldos Finais	546.787	0	6.220	-11.447	39.039	580.599

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	178.000	33.069	24.323	-8.195	3.750	230.947
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	178.000	33.069	24.323	-8.195	3.750	230.947
5.04	Transações de Capital com os Sócios	365.787	0	-8.481	-8.940	-3.750	344.616
5.04.01	Aumentos de Capital	42.300	0	-24.300	0	-10.750	7.250
5.04.08	Cisão parcial do Patrimonio Liquido	-220.101	0	0	0	0	-220.101
5.04.09	Ganho na Variação do percentual	0	0	0	28.831	0	28.831
5.04.10	Integralização de Capital	1	0	0	0	0	1
5.04.11	Com Reservas	23	0	-23	0	0	0
5.04.12	Com Lucros Acumulados	33.161	0	0	-33.161	0	0
5.04.13	Em Dinheiro	76.756	0	0	0	0	76.756
5.04.14	AFAC	0	0	0	0	7.000	7.000
5.04.15	Incorporação do acervo liquido de empresa controlada	433.647	0	28.342	-4.610	0	457.379
5.04.16	Distribuição Antecipada de lucros	0	0	-12.500	0	0	-12.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.863	0	-6.863
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.863	0	-6.863
5.07	Saldos Finais	543.787	33.069	15.842	-23.998	0	568.700

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
7.01	Receitas	4.621	16.348
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.840	2.470
7.01.02	Outras Receitas	-219	1.421
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	0	12.457
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.606	-7.059
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.673	-1.362
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.467	-5.520
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.466	-177
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.985	9.289
7.04	Retenções	-31	-8
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31	-8
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.016	9.281
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.929	10.662
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	14.798	9.485
7.06.02	Receitas Financeiras	2.298	965
7.06.03	Outros	833	212
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.913	19.943
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.913	19.943
7.08.01	Pessoal	6.863	15.509
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	280	636
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.217	10.661
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-11.447	-6.863
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-11.447	-6.863

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	1.614.608	1.133.738
1.01	Ativo Circulante	119.071	93.408
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	77.298	57.672
1.01.03	Contas a Receber	17.730	28.107
1.01.04	Estoques	691	653
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.970	2.288
1.01.07	Despesas Antecipadas	11.407	4.688
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.975	0
1.01.08.03	Outros	8.975	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.495.537	1.040.330
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	62.519	44.525
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	27.946	18.139
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.690	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	32.690	26.379
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	193	7
1.02.02	Investimentos	116.917	87.660
1.02.03	Imobilizado	1.190.949	807.875
1.02.04	Intangível	125.152	100.270

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	1.614.608	1.133.738
2.01	Passivo Circulante	362.921	118.918
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.383	1.365
2.01.01.01	Obrigações Sociais	521	434
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.862	931
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.091	9.822
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.126	2.288
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.126	2.288
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.965	7.534
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	92.612	47.920
2.01.05	Outras Obrigações	253.489	55.773
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	123.849	19.176
2.01.05.02	Outros	129.640	36.597
2.01.05.02.04	Fornecedores	116.592	24.211
2.01.05.02.05	Contas a pagar por aquisição de terras	6.134	4.972
2.01.05.02.06	Concessões a pagar	5.370	5.266
2.01.05.02.07	Indenizações a pagar	543	356
2.01.05.02.08	Outros Passivos Circulantes	1.001	1.792
2.01.06	Provisões	2.346	4.038
2.01.06.02	Outras Provisões	2.346	4.038
2.01.06.02.04	Provisão para custos socioambientais	2.346	1.801
2.01.06.02.05	Provisão para perdas	0	2.237
2.02	Passivo Não Circulante	669.601	426.596
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	595.615	351.092
2.02.02	Outras Obrigações	68.982	69.373
2.02.02.02	Outros	68.982	69.373
2.02.02.02.03	Indenizações a pagar	1.991	1.988
2.02.02.02.04	Concessões a pagar	66.991	67.385
2.02.03	Tributos Diferidos	3.505	3.505
2.02.04	Provisões	1.499	2.626
2.02.04.02	Outras Provisões	1.499	2.626
2.02.04.02.04	Provisão para custos socioambientais	1.499	2.626
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	582.086	588.224
2.03.01	Capital Social Realizado	546.787	546.787
2.03.04	Reservas de Lucros	5.850	5.850
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-11.208	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	39.039	35.587
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.618	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	32.752	87.930	12.393	73.310
3.01.01	Fornecimento de energia elétrica	28.977	79.948	10.453	68.807
3.01.02	Serviços prestados	3.775	7.982	1.940	4.503
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-13.723	-36.209	-5.303	-27.588
3.02.01	Custo das vendas e dos serviços prestados	-2.351	-5.052	-1.470	-3.200
3.02.02	Custo do serviço de energia elétrica	-11.372	-31.157	-3.833	-24.388
3.03	Resultado Bruto	19.029	51.721	7.090	45.722
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.724	-20.912	-5.610	-14.083
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.386	-14.115	-2.838	-10.357
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	-2.466	0	0
3.04.03.01	Perdas com contratos de energia	0	-2.466	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-37	-244	0	1.415
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.724	-6.092	-2.745	-5.275
3.04.05.01	Honorários da administração	-1.070	-3.047	-481	-1.325
3.04.05.02	Com estudos em desenvolvimento	-654	-3.045	-2.260	-3.950
3.04.05.03	Outras receitas operacionais, liquidas	0	0	-4	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	423	2.005	-27	134
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	423	2.005	-27	134
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	12.305	30.809	1.480	31.639
3.06	Resultado Financeiro	-13.045	-40.408	-5.965	-34.764
3.06.01	Receitas Financeiras	2.193	4.663	1.223	2.164
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.238	-45.071	-7.188	-36.928
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-740	-9.599	-4.485	-3.125
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-186	-1.663	-628	-2.662
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-926	-11.262	-5.113	-5.787
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-926	-11.262	-5.113	-5.787
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-872	-11.208	-5.824	-6.498
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-54	-54	711	711



**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00000	0,01680	0,00000	0,00860
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00000	0,01680	0,00000	0,00860

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	32.456	27.846
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	70.961	44.918
6.01.03	Outros	-38.505	-17.072
6.01.03.01	Juros pagos sobre financiamentos	-34.211	-13.293
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.294	-3.779
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-298.102	8.055
6.02.01	(Aplicação) resgate de aplicação financeira restrita	-10.199	-1.642
6.02.02	Aquisição de investimentos	-9.837	-4.110
6.02.03	Aquisição de terras	-499	-8.333
6.02.04	Dividendos recebidos	0	691
6.02.05	Aquisição de bens do imobilizado e intangível	-367.389	-89.624
6.02.06	Saida de caixa e equivalentes de caixa por cisão	0	-22.611
6.02.07	Parte Relacionadas - Concessão e pagamentos de recursos	-6.311	-3.733
6.02.08	Parte relacionadas - Obtenção e recebimento de recursos	105.296	22.423
6.02.09	Parte Relacionadas - Gastos apropriados ao ativo intangível	-9.163	-16.968
6.02.10	Caixa e equivalentes de caixa recebidos por incorporação	0	131.962
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	285.272	112.468
6.03.01	Obtenção de financiamentos	458.504	10.233
6.03.02	Pagamento de financiamentos - principal	-175.876	-30.335
6.03.03	Resgate de aplicação restrita	1.863	0
6.03.04	Aumento ou integralização de capital e adiantamentos	-837	88.387
6.03.05	Integralização de capital por terceiros	0	48.006
6.03.06	Dividendos pagos	0	-3.823
6.03.07	Participação de minoritários	1.618	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	19.626	148.369
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	57.672	30.331
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	77.298	178.700

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	546.787	0	6.220	-370	35.587	588.224	0	588.224
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	546.787	0	6.220	-370	35.587	588.224	0	588.224
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.208	3.452	-7.756	1.618	-6.138
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.208	0	-11.208	0	-11.208
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.452	3.452	1.618	5.070
5.05.02.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	3.452	3.452	0	3.452
5.05.02.07	Aquisição de participação societária	0	0	0	0	0	0	1.618	1.618
5.07	Saldos Finais	546.787	0	6.220	-11.578	39.039	580.468	1.618	582.086

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	178.000	33.069	24.323	-9.880	3.750	229.262	22.458	251.720
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	178.000	33.069	24.323	-9.880	3.750	229.262	22.458	251.720
5.04	Transações de Capital com os Sócios	365.787	0	-8.481	-8.940	-3.750	344.616	-22.458	322.158
5.04.01	Aumentos de Capital	42.300	0	-24.300	0	-10.750	7.250	0	7.250
5.04.08	Cisão parcial do patrimonio liquido	-220.101	0	0	0	0	-220.101	-40.613	-260.714
5.04.09	Ganho na variação do percentual	0	0	0	28.831	0	28.831	19.175	48.006
5.04.10	Integralização de Capital	1	0	0	0	0	1	0	1
5.04.11	Com Reservas	23	0	-23	0	0	0	0	0
5.04.12	Com Lucros Acumulados	33.161	0	0	-33.161	0	0	0	0
5.04.13	Em dinheiro	76.756	0	0	0	0	76.756	0	76.756
5.04.14	AFAC	0	0	0	0	7.000	7.000	0	7.000
5.04.15	Incorporação do acervo liquido da empresa controlada	433.647	0	28.342	-4.610	0	457.379	0	457.379
5.04.16	Distribuição Antecipada de lucros	0	0	-12.500	0	0	-12.500	0	-12.500
5.04.17	Dividendos de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-1.020	-1.020
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.498	0	-6.498	0	-6.498
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-6.498	0	-6.498	0	-6.498
5.07	Saldos Finais	543.787	33.069	15.842	-25.318	0	567.380	0	567.380

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
7.01	Receitas	164.937	113.100
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	95.007	77.073
7.01.02	Outras Receitas	-244	1.421
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	70.174	34.606
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-93.166	-28.605
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-10.184	-9.008
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-80.516	-19.597
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.466	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	71.771	84.495
7.04	Retenções	-21.668	-16.742
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	50.103	67.753
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.668	2.298
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.172	-78
7.06.02	Receitas Financeiras	4.663	2.164
7.06.03	Outros	833	212
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	56.771	70.051
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	56.771	70.051
7.08.01	Pessoal	9.397	31.350
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.836	6.924
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	47.800	37.564
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-11.262	-5.787
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-11.208	-6.498
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-54	711

## Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

**Barueri, 11 novembro de 2011** – A *Desenvix Energias Renováveis S.A. (Desenvix)*, empresa geradora de energia elétrica através de fontes renováveis, anuncia hoje seus resultados do 3T11 e 9M11. As informações financeiras e operacionais a seguir se referem aos resultados consolidados da *Desenvix Energias Renováveis S.A.*. Tais informações estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS). As informações estão apresentadas em Reais (R\$) e as comparações, exceto onde indicado, referem-se ao resultado do 3T10 e 9M10.

### 1) EVENTOS SOCIETÁRIOS E PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS

Os eventos societários e principais fatos administrativos ocorridos durante o 3T11 e período subsequente foram:

- Assinatura do Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Compra e Venda”), celebrado entre a Jackson, SN Power Energia do Brasil Ltda. (“SN Power”) e FUNCEF, no dia 12 de agosto de 2011, através do qual Jackson e FUNCEF venderam participação acionária da Desenvix à SN Power, pelo valor de R\$706 milhões. O novo quadro acionário da Desenvix será composto por Jackson (40,65%), SN Power (40,65%) e FUNCEF (18,69%), dependendo da anuência prévia de seus bancos credores, da ANEEL e do CADE, além de condições precedentes ao fechamento do negócio;
- Concessão de registro de Companhia aberta dada pela CVM à Desenvix no dia 19 de setembro de 2011;
- Evento de listagem das ações da Desenvix no Bovespa Mais ocorrido no dia 03 de outubro de 2011, na sede da Bovespa;
- Aquisição de 50% da participação detida pelo Grupo Energia na Enex Operação e Manutenção de Sistemas Elétricos Ltda (“Enex”), passando a Desenvix a deter o seu controle integral, com 100% das ações da Companhia, a partir de setembro de 2011;
- Autorização de operação comercial recebida pela pequena central hidrelétrica (“PCH”) Moinho, em setembro de 2011, por meio dos despachos nº 3.766 e 3.803 da ANEEL;
- Autorização de operação comercial recebida pela Usina Termoelétrica (“UTE”) Decasa, em 26 de outubro de 2011, por meio do despacho nº 4.205 da ANEEL;
- Completa regularização da produção de energia elétrica da PCH Santa Rosa, voltando a operar a plena capacidade a partir do dia 16 de setembro de 2011;
- Recebimento, no dia 29 de setembro de 2011, da última parcela do financiamento da PCH Moinho, contratado junto ao BNDES, no valor de R\$7,8 milhões;
- Recebimento, no dia 29 de setembro de 2011, da segunda parcela do financiamento da PCH Passos Maia, contratado junto ao BNDES, no valor de R\$18,9 milhões;

## Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

### 2) SOBRE A DESENVIX

A Desenvix Energias Renováveis S.A., constituída em 19 de maio de 1995, tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nas áreas de geração de energia elétrica originada de fontes renováveis, e na área de transmissão de energia elétrica, bem como a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação.

A Desenvix foi constituída originalmente sob a forma de sociedade limitada, com a denominação social de Desenvix Empreendimentos Ltda. e, em 20 de novembro daquele mesmo ano a Companhia foi transformada em uma sociedade por ações, passando a operar sob a denominação social “Desenvix S.A.”.

Inicialmente, a proposta da Desenvix era investir e desenvolver novos negócios em infra-estrutura em geral, porém, aproveitando a experiência de seus principais executivos, a empresa passou a atuar focada nos setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia atua de maneira integrada, dominando todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, construção, até a operação de empreendimentos de transmissão e geração de energia, em todas as fontes de energia renovável.

A Desenvix possui mais de 15 anos de atuação no setor elétrico, tendo desenvolvido ou contribuído para implementação de mais de 5.000 MW em empreendimentos de geração em operação no Brasil. Os principais executivos das áreas operacionais da Companhia acumulam, em média, mais de 30 anos de experiência comprovada no setor elétrico, com atuação nas várias fases do ciclo de projetos do setor e mais de 35.000 MW em projetos de geração e transmissão desenvolvidos no Brasil e exterior. Essa experiência se soma a uma nova geração de profissionais capazes e motivados, formada nos últimos 10 anos dentro da própria Desenvix ou do Grupo Econômico ao qual pertence.

Em 22 de setembro de 2010, após uma reestruturação societária executada para a entrada indireta da Fundação dos Economistas Federais (“FUNCEF”) em seu capital social, a Companhia passou a operar sob a denominação social “Desenvix Energias Renováveis S.A.” (“Desenvix”).

A Companhia passou de 9 MW instalados em 2005 para 176 MW em 09/2011. Considerando o atual programa de expansão em que está envolvida, a Companhia deverá ter, até meados de 2012, receitas equivalentes a 380 MW de potência instalada própria, considerando-se as receitas anuais permitidas (RAP) de suas linhas de transmissão.

Em setembro de 2011 a Desenvix adquiriu o controle integral da Enex, por meio da qual atua como prestadora de serviços de operação e manutenção de usinas de geração e de sistemas elétricos. A ENEX conta hoje com uma extensa e diversificada carteira de clientes com mais de 1.000 MW em geração, e com 334 funcionários, tendo experimentado um crescimento expressivo nos últimos 5 anos.

A Desenvix tem como acionistas diretos o Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, administrado pela Caixa Econômica Federal, com 80,33% de participação, e o Fundo de Investimento em Participações Desenvix, administrado pelo banco BTG Pactual, com 19,67% de participação na Companhia. Cada um dos fundos de investimento, por sua vez, tem como quotistas o Grupo Jackson, com 75% de participação, e a Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF), com 25% de participação, sendo esses os acionistas indiretos e últimos da Companhia.

## Comentário do Desempenho

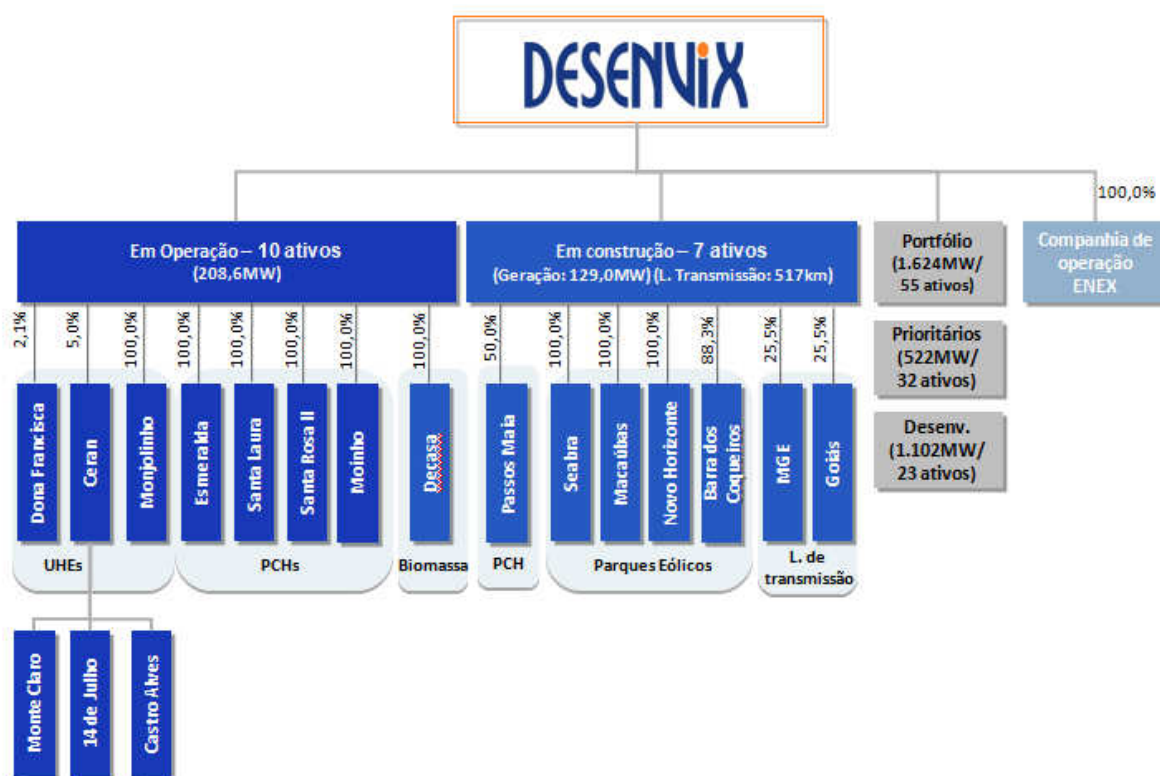


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

### 3) GRUPO ECONÔMICO

A Desenvix é uma *holding* de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que são responsáveis por empreendimentos em diferentes estágios de implantação, possuindo empreendimentos em operação, empreendimentos em construção, empreendimentos em início de construção e uma extensa carteira de projetos em desenvolvimento. Além disso, a Desenvix detém 100% de participação societária na ENEX – O&M de Sistemas Elétricos.

O organograma a seguir mostra esta estrutura:



### 4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota elevados padrões de governança corporativa, em consonância com os principais padrões de governança exigidos das Companhias abertas, entre eles, adoção de Conselho de Administração e Conselho Fiscal e contratação de auditoria externa.

A governança corporativa da Desenvix está refletida nas práticas de gestão do dia a dia e em seu Estatuto Social, tendo como principais destaques a vedação ao registro de voto de representantes de partes relacionadas em



## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

reuniões de Conselho ou em Assembléias, sempre que a deliberação envolver potencial conflito de interesses, a adoção de Conselho Fiscal permanente, o capital Social composto exclusivamente por Ações Ordinárias, a resolução de conflitos por meio de câmara de arbitragem e a contratação de empresa independente para auditoria dos balanços e das demonstrações financeiras.

#### 5) CONCESSÃO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E ADESÃO AO BOVESPA MAIS

A CVM, através do Ofício CVM/SEP/RIC/Nº 028/2011, de 19 de setembro de 2011, concedeu à Desenvix o registro de Companhia aberta, categoria “A”.

A BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, através do GAE 1.984-11, de 02 de setembro de 2011, deferiu o pedido de registro para negociação dos valores mobiliários de emissão da Desenvix no mercado de balcão organizado.

O evento de registro das ações da Desenvix no segmento Bovespa Mais ocorreu no dia 03 de outubro de 2011 na sede da Bovespa. As ações da Companhia estão registradas com o código DVIX3M.

As regras de governança corporativa e transparência do segmento Bovespa Mais são semelhantes às regras do Novo Mercado. A listagem das ações da Companhia no segmento Bovespa Mais marca o início do relacionamento da Companhia com o mercado de capitais. A Companhia acredita que sua estratégia de adesão ao Bovespa Mais trará a seus acionistas o benefício da melhoria nas práticas de governança corporativa, o aumento no grau de transparência e a uma exposição favorável junto ao público investidor em geral, capacitando a Companhia a, em função das condições de mercado, poder aproveitar futuras “janelas de oportunidade” que possam surgir para captações de recursos.

#### 6) VENDA DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA PARA INVESTIDOR ESTRATÉGICO

No dia 12 de agosto de 2011, nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, Fundo de Investimento em Participações Desenvix, FUNCEF e Jackson, celebraram com a Statekraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda, para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte capital novo pela última, após o cumprimento de algumas condições precedentes.

A SN Power é uma empresa de origem norueguesa, investidora de longo prazo, que atua fora da Europa na geração de energia elétrica por meio de fontes renováveis, principalmente de origem hídrica. Fundada em 2002, desde janeiro de 2008 instalou um escritório no Brasil, país que é um de seus principais focos de negócios.

A SN Power é resultado de um *joint-venture* entre as empresas norueguesas Statkraft e Norfund. A primeira, controladora da SN Power com 60% do capital, é a maior geradora de energia elétrica da Noruega e a maior da Europa em fontes renováveis. Sua capacidade instalada é de 15.478 MW, com usinas na Suécia, Inglaterra e Alemanha, além da própria Noruega, possuindo 225 hidroelétricas e 5 termoeletricas a gás natural. O Norfund é um fundo de capital controlado pelo Governo norueguês para investir em países em desenvolvimento. Além da própria Noruega, a SN Power está presente na América do Sul (Brasil, Chile e Peru) e Ásia (Nepal, Índia, Sri Lanka, Singapura e Filipinas).

## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

A Desenvix foi avaliada pela SN Power pelo valor de R\$ 1.613 milhões (*“pré-money”*). O valor a ser desembolsado pela SN Power na execução do negócio será de R\$ 706 milhões (data base agosto de 2011), sendo que R\$ 120 milhões serão aportados diretamente no capital da Companhia, por meio da aquisição de novas ações a serem emitidas (operação primária), e R\$ 586 milhões serão adquiridos junto à Jackson e FUNCEF (operação secundária).

A parcela de R\$ 120 milhões, relativa à operação primária, foi adiantada à Companhia em 12 de setembro de 2011, por meio de um contrato de empréstimo, o qual será convertido em aporte primário de capital assim que algumas condições precedentes ao fechamento de negócio forem realizadas. O pagamento da parcela de R\$ 586 milhões relativa à operação secundária também está condicionada à realização de algumas condições precedentes ao fechamento do negócio.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Autorizativa 3.138, de 04 de outubro de 2011, concedeu anuência prévia à reestruturação societária da Companhia, com a entrada da SN Power em seu bloco de controle.

Após o cumprimento de algumas condições precedentes ao fechamento da operação e a realização das operações primária e secundária, a SN Power compartilhará o controle da Desenvix com a Jackson e com a FUNCEF. A SN Power deterá 40,65% de participação no capital social e votante da Desenvix, a Jackson deterá 40,65% de participação, e a FUNCEF 18,70% de participação.

A Companhia acredita que a entrada da SN Power em seu bloco de controle acionário possibilitará intensa e valiosa troca de conhecimento e experiências, trazendo ainda, sinergias para as atividades operacionais da Desenvix.

## 7) AQUISIÇÃO DO CONTROLE INTEGRAL DA ENEX

Em 01 de setembro de 2011 a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual adquiriu junto ao Grupo Energia, pelo preço de R\$ 18 milhões, a participação remanescente de 50% na ENEX que pertencia àquele grupo, passando a ENEX a ser uma subsidiária integral da Desenvix.

Consta do Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças uma cláusula de não-concorrência do Grupo Energia com a ENEX pelos próximos 5 anos.

## 8) VENDA DE PARTICIPAÇÃO NA SE CALDAS NOVAS

Em 12 de agosto de 2011, a Desenvix recebeu da FR Incorporadora Ltda uma oferta de compra de sua participação de 25,05% na Caldas Novas Transmissão S.A, (“SE Caldas Novas”) pelo preço de R\$ 325 mil, a qual foi aceita. A transferência da participação da Desenvix na SE Caldas Novas à FR Incorporadora Ltda. e o respectivo pagamento ocorrerão após a anuência da ANEEL.

## Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

### 9) EMPREENDIMENTOS EM OPERAÇÃO

Conforme quadro abaixo, a Companhia possui atualmente 10 (dez) empreendimentos em operação, com uma capacidade instalada própria de 208,6 MW.



Planta	Participação Desenvix	Início Operação Comercial	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada Desenvix (MW)
1. PCH Esmeralda	100%	Dez/06	22,2	22,2
2. PCH Santa Laura	100%	Out/07	15,0	15,0
3. PCH Santa Rosa II	100%	Jul/08	30,0	30,0
4. PCH Moinho	100%	Set/11	13,7	13,7
5. UHE Monjolinho	100%	Set/09	74,0	74,0
6. UTE Decasa	100%	Out/11	33,0	33,0
7. CERAN				
- UHE Monte Claro	5%	Jan/05	130,0	6,5
- UHE Castro Alves	5%	Mar/08	130,0	6,5
- UHE 14 de Julho	5%	Dez/08	100,0	5,0
8. UHE Dona Francisca	2,12%	Fev/01	125,0	2,7
-x-	-x-		702,9	208,6

#### Início da Operação Comercial PCH Moinho

Em setembro de 2011, por meio dos despachos nº 3.766 e 3.803 da ANEEL, a PCH Moinho recebeu autorização para início de sua operação comercial.

A PCH Moinho está situada no rio Bernardo José, afluente do rio Pelotas, entre os municípios de Barracão e Pinhal da Serra, na região Norte do estado do Rio Grande do Sul. O empreendimento possui capacidade instalada total de 13,7 MW (6,98 MW de Garantia Física).

Os investimentos para sua implantação foram da ordem de R\$93.000 mil, dos quais R\$47.850 mil foram captados por meio de financiamento direto junto ao BNDES, na modalidade *project finance*, com prazo de amortização de 16 anos, em 192 prestações mensais, a partir de setembro de 2012.

A energia que será produzida pela PCH foi vendida através de CCVE no ACL por 19,4 anos, a partir de agosto de 2011. O CCVE celebrado prevê a entrega de 61.320 MW/h ano a um preço médio de R\$145,7 por MW/h (data base: fevereiro de 2009).

#### Evento Subsequente - Início da Operação Comercial UTE Decasa

Em 26 de outubro de 2011, por meio do despacho nº 4.205 da ANEEL, a UTE Decasa recebeu autorização para início de sua operação comercial.

## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

A UTE Decasa é um empreendimento de co-geração de energia com a Usina Pau D'Alho e está localizada no município de Ibirarema, Estado de São Paulo. A UTE utilizará o bagaço de cana de açúcar como combustível para produzir energia elétrica. O Empreendimento terá capacidade instalada de 33,0 MW.

Por meio do 1º LER realizado pela ANEEL e pela CCEE em 14 de agosto de 2008 a UTE Decasa obteve um CCVE de reserva para 16 MW médios a um preço de R\$155,23/MWh (data base: agosto de 2008), por um período de suprimento de 15 anos, até dezembro de 2024.

Os investimentos para sua implantação foram da ordem de R\$90.000 mil, dos quais R\$59.504 mil serão captados junto ao BNDES.

#### Disponibilidade no Sistema Integrado Nacional

As usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix alcançaram o patamar de 93,0% de disponibilidade média no 3T11, sendo 91,4% nas pequenas centrais hidrelétricas e 99,6% na usina hidrelétrica (“UHE”) UHE Monjolinho – Central Hidrelétrica Alzir dos Santos Antunes (“UHE Monjolinho”). No mesmo período de 2010, o patamar alcançado de disponibilidade média foi de 99,0%, representando uma redução de 6,0 p.p.

Disponibilidade Média (%)	3T10	3T11	Var p.p. 3T11 x 3T10	9M10	9M11	Var p.p. 9M11 x 9M10
<b>PCHs</b>	<b>99,3</b>	<b>91,4</b>	<b>-8,0</b>	<b>96,9</b>	<b>80,3</b>	<b>-16,7</b>
- Esmeralda	99,7	98,9	-0,8	99,8	98,9	-0,9
- Santa Laura	100,0	99,0	-1,0	97,1	98,2	1,1
- Santa Rosa	98,3	74,1	-24,2	93,9	30,5	-63,4
- Moinho	-	93,5	-	-	93,5	-
<b>UHEs</b>	<b>98,1</b>	<b>99,6</b>	<b>1,5</b>	<b>96,0</b>	<b>99,3</b>	<b>3,3</b>
- Monel	98,1	99,6	1,5	96,0	99,3	3,3
<b>Disponibilidade média</b>	<b>99,0</b>	<b>93,0</b>	<b>-6,0</b>	<b>96,7</b>	<b>84,1</b>	<b>-12,6</b>

A queda observada na disponibilidade média das pequenas centrais hidrelétricas se deve, principalmente, à variação negativa de 24,2 p.p. na disponibilidade da PCH Santa Rosa, em virtude do evento relevante explicado a seguir. Adicionalmente, as PCHs Esmeralda e Santa Laura apresentaram diminuição de 0,8 p.p. e 1,0 p.p., respectivamente. Em ambos os casos esta variação é devida a falhas de tensão nas LTs 69kV, oriundas de oscilações na rede do sistema interligado e falhas na operação de uma linha de transmissão da UHE Itaipu.

A PCH Moinho, cuja entrada em operação ocorreu no mês de setembro de 2011, registrou 93,5% de disponibilidade.

Contribuiu positivamente para a disponibilidade média das usinas da Companhia o desempenho da subsidiária UHE Monjolinho, alcançando o patamar de 99,6% de disponibilidade no sistema, melhoria de 1,5 p.p. sobre o resultado do mesmo período no ano anterior.

No resultado acumulado do ano, as usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix alcançaram o patamar de 84,1% de disponibilidade média, representando uma redução de 12,6 p.p. na comparação com o mesmo período de 2010, tendo a interrupção da produção de energia da PCH Santa Rosa como sua principal causa.

## Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

### Produção de Energia Elétrica

No 3T11, a produção de energia elétrica das usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix foi de 248,7 GWh, representando aumento de 22,9% na comparação com o 3T10, quando a produção foi de 202,3 GWh.

Produção de Energia (MWh)	3T10	3T11	Var % 3T11 x 3T10	9M10	9M11	Var % 9M11 x 9M10
<b>PCHs</b>	<b>68.121</b>	<b>101.649</b>	<b>49,2</b>	<b>271.551</b>	<b>214.982</b>	<b>-20,8</b>
- Esmeralda	31.643	47.142	49,0	97.121	106.355	9,5
- Santa Laura	15.315	30.825	101,3	62.134	73.181	17,8
- Santa Rosa	21.163	20.852	-1,5	112.296	32.616	-71,0
- Moinho	-	2.830	-	-	2.830	-
<b>UHEs</b>	<b>134.162</b>	<b>147.037</b>	<b>9,6</b>	<b>315.995</b>	<b>336.596</b>	<b>6,5</b>
- Monel	134.162	147.037	9,6	315.995	336.596	6,5
<b>Produção de Energia Total</b>	<b>202.283</b>	<b>248.686</b>	<b>22,9</b>	<b>587.546</b>	<b>551.578</b>	<b>-6,1</b>

Contribuiu positivamente para o aumento da produção de energia elétrica (i) o aumento da geração da PCH Santa Laura, com variação de 101,3% sobre o mesmo período do ano anterior, (ii) o aumento de 49,0% na geração da PCH Esmeralda, registrando recorde na geração mensal no mês de agosto/11, atingindo geração de 16.335 MWh, (iii) o aumento da geração da UHE Monjolinho, com variação 9,6%, registrando recorde na geração mensal no mês de agosto/11, atingindo geração de 51.437 MWh, e (iv) o início da operação comercial da PCH Moinho, no mês de setembro/11, adicionando 2.830 MWh ao total gerado pelas empresas integralmente controladas pela Desenvix.

O desempenho positivo na produção de energia registrado no 3T11 teve como principal motivo as condições hidrológicas favoráveis, em função do volume de chuvas ocorrido no período. Adicionalmente, também contribuiu a disponibilidade operacional das usinas do grupo.

Em contrapartida, a produção de energia elétrica na PCH Santa Rosa apresentou decréscimo de 1,5% em comparação com o mesmo período do ano anterior, conforme evento relevante explicado a seguir.

No acumulado do ano, a produção de energia elétrica das usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix foi de 551,6 GWh, representando redução de 6,1% na comparação com o mesmo período de 2010, quando a produção foi de 587,5 GWh, redução esta que foi ocasionada pela interrupção da produção de energia elétrica da PCH Santa Rosa.

### Evento Relevante – PCH Santa Rosa

Em janeiro de 2011, em decorrência do elevado volume de chuvas que precipitaram na região serrana do Rio de Janeiro, que resultou na alta afluência do Rio Grande, região onde está instalada a PCH Santa Rosa, ocorreu a inundação da casa de força da usina, atingindo grande parte dos equipamentos eletromecânicos; em decorrência, foram desligadas as 3 unidades geradoras em caráter de emergência. O referido sinistro não resultou em qualquer dano estrutural, inclusive a barragem e a tomada d'água, ficando o mesmo restrito aos acessos, cercas, pequenos taludes, entre outros.

Durante o período no qual esteve desligada, a Santa Rosa S.A., continuou emitindo o faturamento regular do fornecimento de energia elétrica previsto no PROINFA, recebendo os montantes faturados. Este procedimento foi



## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

possível devido à ausência de geração de energia decorrer de caso fortuito de força maior (inundação). Não são esperadas perdas financeiras relevantes em decorrência do procedimento adotado, cujo eventual valor só será passível de mensuração no início de 2012, quando a entidade reguladora deverá divulgar o montante do ajuste decorrente ao processo de realocação de energia.

O valor total dos gastos com os esforços de recuperação da usina deverá ser da ordem de 5,5 milhões de reais, o qual deverá ser coberto pelo seguro de risco operacional da usina, menos o custo da franquia. No mês de maio a PCH Santa Rosa já havia recebido da seguradora o valor inicial de R\$ 1 milhão, como parte da indenização que será paga pelo sinistro ocorrido.

A recuperação da usina foi concluída no dia 16 de setembro de 2011, data em que sua terceira unidade geradora retomou a operação comercial, conforme o Despacho nº 3.763 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

## 10) EMPREENDIMENTOS EM IMPLANTAÇÃO

Atualmente a Companhia possui 7 (sete) empreendimentos em fase de implantação, sendo uma pequena central hidrelétrica (PCH), e quatro usinas de energia eólica (UEEs), somando uma capacidade instalada própria de 129,0 MW, e 2 linhas de transmissão (LTs) com 517km de extensão.



Planta	Participação Desenvix	Previsão Início Operação Comercial	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada Desenvix (MW)
1. PCH Passos Maia	50%	Dez/11	25,0	12,5
2. UEE Macaúbas	100%	Dez/11	30,0	30,0
3. UEE Seabra	100%	Dez/11	30,0	30,0
4. UEE Novo Horizonte	100%	Dez/11	30,0	30,0
5. UEE Barra dos Coqueiros	88,33%	Jul/12	30,0	26,5
6. LT Goiás 259 km	25,5%	Jul/12	-x-	-x-
7. LT MGE 258 km	25,5%	Jul/12	-x-	-x-
		-x-	<b>145,0</b>	<b>129,0</b>

### PCH Passos Maia

A PCH Passos Maia está situada no rio Chapecó, município de Passos Maia/SC. A PCH terá potência instalada de 25,0 MW (13,2 MW de Garantia Física) e reservatório com área de 175 ha. A Desenvix detém 50% de participação no empreendimento, sendo os demais 50% detidos pela empresa Adami S.A.. O investimento total para o empreendimento é da ordem de R\$ 126 milhões, dos quais R\$ 87,6 milhões estão sendo financiados pelo BNDES, na modalidade *project finance*. A primeira liberação de crédito, no valor de R\$ 60 milhões, ocorreu no mês de junho de 2011, e a segunda liberação, de R\$ 18,9 milhões, ocorreu no mês de setembro de 2011.

A energia produzida pela PCH foi vendida através de CCVE no ACL, com início previsto para o fornecimento de energia a partir de 01 de janeiro de 2012, por um período de 19 anos. O CCVE celebrado prevê a entrega de 109.500 MWh ano.

## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

Em 30 de setembro de 2011 o empreendimento apresentava avanço físico de 88%. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial para dezembro de 2011.

#### Complexo Eólico Desenvix Bahia

O Complexo Eólico Desenvix Bahia está localizado no município de Brotas de Macaúbas, na Chapada Diamantina, região central da Bahia. O Complexo Eólico é formado atualmente por 3 (três) SPEs, cada uma constituindo o empreendimento de uma usina eólica de 30,0 MW de potência instalada – UEE Macaúbas, UEE Novo Horizonte e UEE Seabra – totalizando assim, 90,0 MW de potência instalada no Complexo Eólico. Foram investidos R\$ 415 milhões no Complexo Eólico Bahia, dos quais R\$ 268 milhões foram financiados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), por meio de operações de financiamento direto na modalidade *project finance* com cada SPE. A primeira liberação de créditos no valor global de R\$ 194 milhões ocorreu no mês de agosto de 2011.

Em dezembro de 2009, através do primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER), foram comercializados 34,0 MW médios de energia, sendo 13,0 MW médios da UEE Macaúbas, 11,0 MW médios da UEE Seabra e 10,0 MW médios da UEE Novo Horizonte a um preço de R\$139,99/MWh (data base dezembro de 2009). Esta energia será contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos.

Em 30 de junho de 2011 o empreendimento apresentava avanço físico de 97,6%. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial para dezembro de 2011.

#### Parque Eólico Barra dos Coqueiros

Localizado no município de Barra dos Coqueiros, próximo à capital Aracajú, Estado de Sergipe, o empreendimento Parque Eólico Barra dos Coqueiros terá 30,0 MW de capacidade instalada e 10,5 MW de garantia física de energia. A Desenvix detém 88,33% de participação no empreendimento.

Assim como as UEEs do Complexo Eólico Desenvix Bahia, a UEE Barra dos Coqueiros comercializou sua energia no primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER). No total foram vendidos 10,0 MW médios de energia a um preço de R\$152,00/MWh (data base dezembro de 2009). Esta energia será contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos.

O CAPEX estimado do projeto é de R\$ 116 milhões e o cronograma de implantação prevê o início da operação comercial para julho de 2012.

#### Linhas de Transmissão - LTs

A Desenvix detém participação de 25,5% na Goiás Transmissora e de 25,5% na MGE Transmissora, ambas em fase de implantação.

No total, as duas linhas têm 517 km de extensão, sendo 259 km da Goiás Transmissora e 258 km da MGE Transmissora. Os investimentos totais serão da ordem de R\$ 640 milhões e o início da operação comercial está previsto para julho de 2012.

As LTs representam ativos complementares ao negócio da Desenvix, permitindo o benefício (i) da diversificação de riscos de negócio e (ii) dos fluxos de caixa altamente estáveis em função de ser este um setor altamente regulado.

## Comentário do Desempenho



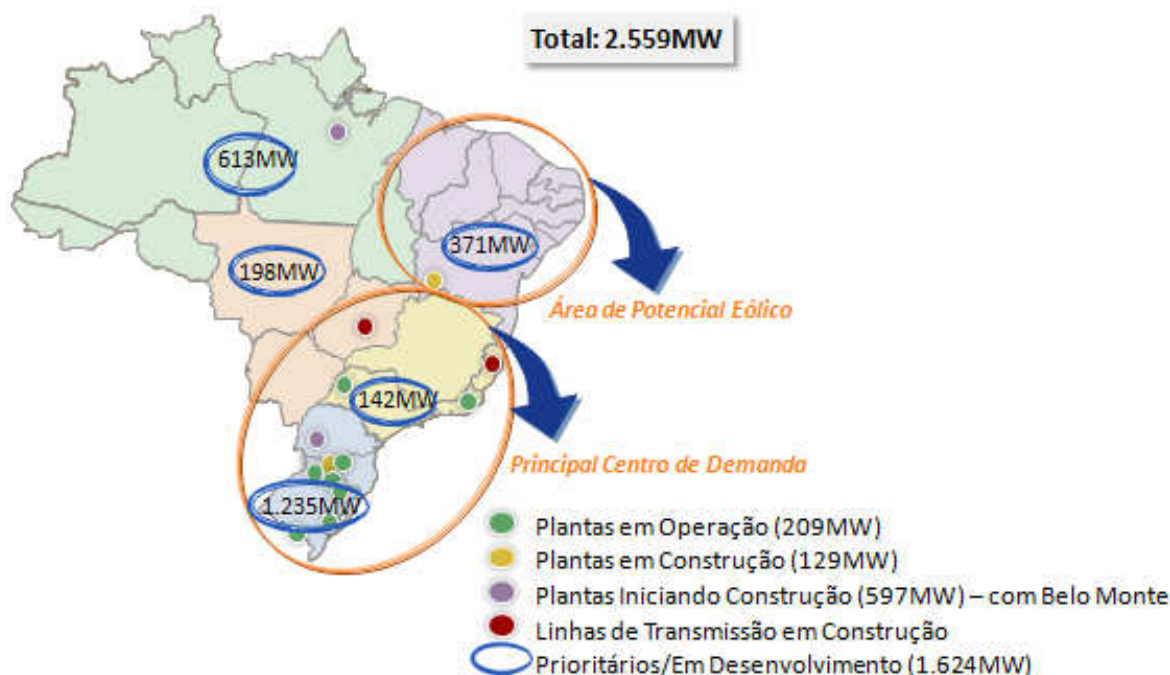
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

### 11) PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Desenvix envolvem o constante desenvolvimento de novos projetos. A Companhia possui atualmente um extenso portfólio de projetos em desenvolvimento, que soma 3.430 MW de potência instalada, sendo 1.624 MW próprios, nos quais tem investido constantemente nos últimos 5 anos.

Dentre os projetos em desenvolvimento da Companhia, um grupo de projetos é classificado como Projetos Prioritários em Desenvolvimento. Os projetos prioritários são aqueles que se encontram em estado mais avançado de desenvolvimento, com possibilidade de iniciarem a implantação em um horizonte de 6 meses a 3 anos. Os Projetos Prioritários em Desenvolvimento da Companhia somam 522 MW de potência instalada própria.

Outra característica interessante da carteira de projetos da Desenvix é a sua diversidade geográfica, agregando conhecimentos importantes sobre o potencial energético brasileiro e permitindo o aproveitamento de oportunidades de negócios em todo o território nacional.





**Comentário do Desempenho**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

**12) CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA**

A seguir apresentamos os contratos de venda de energia de longo prazo, firmado por subsidiárias integrais da Desenvix em operação ou implantação:

Usina	Preço R\$	Energia Contratada MWh	Índice de Correção	Data-Base	Aniversário	Data Início Contrato CCVE	Data Final Contrato CCVE
Esmeralda	121,35	105.680	igpm	jun/04	junho	dez/06	dez/26
Sta Laura	123,01	69.642	igpm	jul/04	julho	dez/07	dez/27
Sta Rosa II	121,35	148.036	igpm	jun/04	junho	jun/08	jun/28
Monjolinho	181,20	367.920	igpm	abr/08	agosto	set/09	dez/10
	122,63	367.920	ipca	out/06	novembro	jan/11	dez/40
Moinho	163,00	61.320	igpm	fev/09	janeiro	ago/11	dez/12
	148,28	61.320	igpm	fev/09	janeiro	jan/13	dez/15
	145,50	61.320	igpm	fev/09	janeiro	jan/16	dez/20
	135,50	61.320	igpm	fev/09	janeiro	jan/21	dez/24
	134,00	61.320	ipca	fev/11	janeiro	jan/25	dez/30
Passos Maia	160,00	109.500	igpm	out/09	janeiro	jan/12	dez/15
	159,00	109.500	igpm	out/09	janeiro	jan/16	dez/16
	140,00	109.500	igpm	out/09	janeiro	jan/17	dez/25
	134,00	109.500	ipca	fev/11	janeiro	jan/26	dez/30
Energasa	155,23	122.640	ipca	ago/08	janeiro	jan/10	dez/10
	155,23	140.160	ipca	ago/08	janeiro	jan/11	dez/24
Eólica Bahia	139,99	297.840	ipca	dez/09	julho	jul/12	jun/32
Eólica B. Coqueiros	152,50	87.600	ipca	dez/09	julho	jul/12	jun/32

## Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

### 13) DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA OCORRIDA DURANTE OS MESES DE JULHO E AGOSTO DE 2010

Como efeito da reestruturação da Companhia, ocorrida entre julho e agosto de 2010, as comparações de desempenho trimestral e acumulado dos nove meses do ano de 2011 que serão apresentadas a seguir, apresentam receitas e despesas menores no ano de 2010 comparativamente aos mesmos períodos do ano de 2011, uma vez que nos meses de julho e agosto de 2010 as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. foram temporariamente subsidiárias integrais de nosso Acionista Controlador indireto Jackson, não sendo computadas no resultado consolidado da Companhia para aquele período.

#### PREÇO LÍQUIDO MÉDIO DA ENERGIA COMERCIALIZADA

No 3T11, o preço líquido (após deduções de impostos do preço bruto) médio da energia comercializada foi de R\$ 158,10/MWh, redução de 7,5% na comparação com o 3T10, quando o preço líquido médio foi de R\$ 170,85/MWh. A redução observada reflete a queda de 21,2% no preço líquido da energia comercializada pela controlada UHE Monjolinho, uma vez que a partir do dia 1º de janeiro de 2011 deu início ao seu Contrato de Compra e Venda de Energia (“CCVE”) no Ambiente de Comercialização Regulado (“ACR”), cujo preço líquido médio realizado no 3T11 foi de R\$ 153,54/MWh, contra o preço líquido de R\$ 194,87/MWh praticado anteriormente através do seu CCVE no Ambiente de Comercialização Livre (“ACL”), celebrado pelo período de sua antecipação comercial. Por outro lado, o preço líquido médio da energia comercializada das PCHs contribuiu favoravelmente, apresentando crescimento de 9,7% na comparação entre os períodos do 3T11 e 3T10, motivado pelos reajustes contratuais vinculados a índices de inflação, e pela celebração do CCVE de Moinho, ao preço líquido de R\$ 173,42/MWh.

A redução de 9,5% no preço líquido médio da energia comercializada no 9M11, na comparação com o 9M10, é função da queda de 21,2% no preço da energia comercializada pela controlada UHE Monjolinho.

Preço Líquido Médio Energia Comercializada (R\$/MWh)	Preço Líquido Médio		Var %		Var %	
	3T10	3T11	3T11 x 3T10	9M10	9M11	9M11 x 9M10
<b>PCHs</b>	<b>156,43</b>	<b>171,56</b>	<b>9,7</b>	<b>152,59</b>	<b>162,81</b>	<b>6,7</b>
- Esmeralda	156,15	171,41	9,8	152,67	162,93	6,7
- Santa Laura	157,47	171,08	8,6	152,31	162,00	6,4
- Santa Rosa	156,15	171,41	9,8	152,67	162,93	6,7
- Moinho	-	173,42	-	-	173,42	-
<b>UHEs</b>	<b>194,87</b>	<b>153,54</b>	<b>-21,2</b>	<b>180,68</b>	<b>141,10</b>	<b>-21,9</b>
- Monjolinho	194,87	153,54	-21,2	191,91	149,87	-21,9
<b>Preço Médio*</b>	<b>170,85</b>	<b>158,10</b>	<b>-7,5</b>	<b>167,51</b>	<b>151,61</b>	<b>-9,5</b>

\* ponderado pela energia comercializada do período, líquido de impostos

## Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

### RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No 3T11, a receita operacional líquida total somou R\$ 32,7 milhões, representando aumento de 164,3% na comparação com o 3T10, quando o valor foi de R\$ 12,4 milhões. O aumento foi ocasionado pelo crescimento de 177,2% da receita líquida de fornecimento de energia elétrica do período, além do aumento de 136,5% da receita líquida de serviços de O&M. O aumento na receita operacional líquida total foi parcialmente compensado pela redução de 86% da receita líquida de outros serviços.

Assim como o aumento observado na comparação entre os trimestres, observa-se também um crescimento de 19,9% da receita operacional líquida total do 9M11, na comparação com o 9M10.

Os componentes da receita operacional bruta e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	3T10	3T11	Var % 3T11 x 3T10	9M10	9M11	Var % 9M11 x 9M10
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>12.393</b>	<b>32.752</b>	<b>164,3</b>	<b>73.310</b>	<b>87.930</b>	<b>19,9</b>
- Fornecimento de energia	10.453	28.977	177,2	68.807	79.948	16,2
- Serviços O&M	1.575	3.724	136,5	3.829	7.822	104,3
- Outros serviços	365	51	-86,0	674	161	-76,1
- Reembolso de projetos	-	-	-	-	-	-

### Receita líquida de fornecimento de energia elétrica

No 3T11, o fornecimento de energia elétrica gerou receita líquida de R\$ 29,0 milhões, apresentando um aumento de 177,2% em comparação com o 3T10, quando a receita líquida de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 10,4 milhões. O aumento na receita líquida de fornecimento de energia elétrica no 3T11 decorreu (i) do preço médio da energia comercializada das PCHs, o qual apresentou crescimento motivado pelos reajustes contratuais, (ii) da receita de venda de energia da PCH Moinho, a qual entrou em operação durante o mês de setembro de 2011, contribuindo com uma receita líquida de R\$ 1,8 milhão e (iii) da redução da receita aferida no ano de 2010 devido à implementação da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, quando as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. foram temporariamente subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser consideradas no resultado consolidado da Companhia, conforme mencionado no início desse capítulo. Mais especificamente, a redução da receita líquida de 2010, em função da reestruturação societária, foi de R\$ 2,8 milhões na Esmeralda S.A., R\$ 1,9 milhão na Santa Laura S.A., R\$ 3,9 milhões na Santa Rosa S.A. e R\$ 11,8 milhões na Monel Monjolinho Energética S.A..

Em contrapartida ao aumento na receita líquida de fornecimento de energia elétrica, foi observado, um menor preço líquido médio da energia comercializada no período, praticado pela controlada UHE Monjolinho, conforme explicação anterior referente à queda no preço líquido médio de sua energia gerada após o fim de seu CCVE celebrado no ACL.

Assim como o aumento observado na comparação entre os trimestres, observa-se também um crescimento de 16,2% da receita líquida de fornecimento de energia elétrica do 9M11, na comparação com o 9M10, provocada pelos mesmos fatores que causaram a variação trimestral.

## Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

### Receita líquida de serviços de O&M

No 3T11, a receita líquida de serviços de O&M somou R\$ 3,7 milhões, um aumento de 136,5% em relação ao 3T10, quando atingiu R\$ 1,6 milhão. Esta variação decorreu, principalmente, do aumento no faturamento de serviços de O&M da controlada ENEX, decorrente da expansão de suas atividades operacionais. Outro fator de aumento da receita líquida de serviços de O&M foi a aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, a receita líquida gerada pela subsidiária era consolidada representando seu percentual de participação. A partir do dia 1<sup>a</sup> de setembro de 2011, data da aquisição da ENEX, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% da receita líquida gerada pela ENEX.

Em 30 de setembro de 2011, a ENEX possuía 30 contratos de prestação de serviços de O&M, os quais somavam uma capacidade instalada de 1.070 MW, representando um aumento de 28,8% na comparação com 30 de setembro de 2010, quando possuía 30 contratos, que somavam uma capacidade instalada de 831 MW. Sua carteira de contratos está dividida em empreendimentos em operação e empreendimentos em construção, sendo os primeiros os responsáveis pelo incremento em seu faturamento, uma vez que o faturamento por serviços de O&M tem início no instante da entrada em operação dos empreendimentos.

Contratos em carteira	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2011	Var %
<b>Quantidade Total</b>	<b>20</b>	<b>30</b>	<b>50,0</b>
- Em operação	13	21	61,5
- Em construção	7	9	28,6
<b>Potência Total (MW)</b>	<b>831</b>	<b>1.070</b>	<b>28,8</b>
- Em operação	428	925	116,3
- Em construção	403	145	-64,0

Assim como o aumento observado na comparação entre os trimestres, observa-se também um crescimento de 104,3% da receita líquida de fornecimento de serviços de O&M do 9M11, na comparação com o 9M10, provocada pelos mesmos fatores que causaram a variação trimestral.

### Receita líquida de outros serviços

No 3T11, a receita líquida de outros serviços prestados somou R\$ 51 mil, uma redução de 86% em relação ao 3T10, quando atingiu R\$ 365 mil. Esta variação decorreu, principalmente, da redução do faturamento composto por serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação, além da redução nos serviços de consultoria prestados às outras empresas do Grupo Jackson.

### Receita líquida de reembolso de projetos

A receita líquida com reembolso de projetos ocorre quando somos indenizados por gastos com o desenvolvimento de projetos que não obtivemos autorização ou concessão para sua exploração. No período compreendido entre os nove primeiros meses de 2011 e 2010, não foram registrados faturamentos referentes ao reembolso de projetos.

## Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

### CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 13,7 milhões no 3T11, apresentando um aumento de 158,8% na comparação com o 3T10, quando atingiu R\$ 5,3 milhões, equivalente à 41,9% e 42,8% da receita operacional líquida do período, respectivamente. O crescimento do período foi influenciado, principalmente, pelo aumento de 196,7% no custo de fornecimento de energia elétrica, bem como pelo aumento de 157,3% no custo dos serviços prestados de O&M, entretanto, o custo foi levemente mitigado pela redução de 71,7% no custo de outros serviços.

Em linha com as variações observadas na comparação trimestral, o custo dos serviços prestados apresentou aumento de 31,2% na comparação entre o 9M11 e o 9M10, quando atingiu R\$ 36,2 milhões e R\$ 27,6 milhões, respectivamente.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

<b>Custo dos Serviços Prestados (R\$ mil)</b>	<b>3T10</b>	<b>3T11</b>	<b>Var % 3T11 x 3T10</b>	<b>9M10</b>	<b>9M11</b>	<b>Var % 9M11 x 9M10</b>
<b>Custo Total</b>	<b>5.303</b>	<b>13.723</b>	<b>158,8</b>	<b>27.588</b>	<b>36.209</b>	<b>31,2</b>
- Fornecimento de energia	3.833	11.372	196,7	24.388	31.157	27,8
- Serviços O&M	845	2.174	157,3	2.053	4.666	127,3
- Outros serviços	625	177	-71,7	1.147	386	-66,3

#### **Fornecimento de energia elétrica**

O custo do serviço de fornecimento de energia elétrica no 3T11 foi de R\$ 11,4 milhões, apresentando aumento de 196,7%, em comparação com o 3T10, quando atingiu R\$ 3,8 milhões. Essa variação decorreu principalmente (i) da compra de energia para a subsidiária Moinho S.A., no valor de R\$ 944 mil, para fazer frente aos compromissos comerciais assumidos em seu Contrato de Compra e Venda de Energia ("CCVE") que previa a comercialização de energia a partir do mês de agosto, mas, tendo recebido a autorização para operação comercial apenas no mês de setembro, (ii) da implementação da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, quando as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser consideradas no resultado consolidado da Companhia, conforme mencionado no início desse capítulo. Mais especificamente, a redução do custo dos serviços prestados por fornecimento de energia, em função da reestruturação societária, foi de R\$ 0,7 milhão na Esmeralda S.A., R\$ 0,8 milhão na Santa Laura S.A., R\$ 1,7 milhão na Santa Rosa S.A. e R\$ 3,4 milhões na Monel Monjolinho Energética S.A..

#### **Serviços de O&M**

O custo dos serviços de O&M prestados no 3T11 foi de R\$ 2,2 milhões, apresentando um aumento de 157,3%, em comparação com o 3T10, quando atingiu R\$ 845 mil. Esta variação decorreu do aumento das atividades operacionais da controlada ENEX. Para fazer frente ao aumento na quantidade de novos contratos de O&M, a Companhia praticamente dobrou seu quadro de funcionários, passando de 186 em 30 de setembro de 2010 para 334 em 30 de setembro de 2011, aumentando assim seus custos com folha de pagamento. Outro fator de aumento do custo dos serviços de O&M prestados no 3T11 foi a aquisição do controle integral da ENEX pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011. Como a Desenvix detinha 50% do capital da ENEX, o custo dos serviços de O&M prestados gerado pela subsidiária era consolidado representando seu percentual de participação. A partir do dia 1ª de setembro de 2011, data da sua aquisição, a Desenvix passou a consolidar em seu resultado 100% dos custos dos serviços de O&M prestados pela ENEX.

## Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

### Outros serviços

O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Desenvix Controladora, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação e construção, além do desenvolvimento de projetos. Essa conta é factível de reversão de custos, quando do reconhecimento dos direitos de ressarcimento relacionados ao desenvolvimento de projetos, anteriormente reconhecidos no ativo intangível.

### DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS

No 3T11, as despesas operacionais atingiram R\$ 7,1 milhões, apresentando um aumento de 28,0% em comparação com o 3T10, quando atingiram R\$ 5,6 milhões. As despesas operacionais representaram 21,7% e 44,7% da receita operacional líquida do terceiro trimestre de 2011 e 2010, respectivamente. Também é observado aumento de 61,2% das despesas operacionais na comparação entre o 9M11 e o 9M10, quando atingiram R\$ 22,9 milhões e R\$ 14,2 milhões, respectivamente.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	3T10	3T11	Var % 3T11 x 3T10	9M10	9M11	Var % 9M11 x 9M10
<b>Despesas (Receitas) Totais</b>	<b>5.583</b>	<b>7.147</b>	<b>28,0</b>	<b>14.217</b>	<b>22.917</b>	<b>61,2</b>
- Gerais e administrativas	2.838	5.386	89,8	10.357	14.115	36,3
- Honorários da administração	481	1.070	122,4	1.325	3.047	130,0
- Com estudos e desenvolvimento	2.260	654	-245,6	3.950	3.045	-22,9
- Perdas com contratos de energia	-	-	-	-	2.466	100,0
- Outras receitas operacionais, líquidas	(4)	(37)	825	(1.415)	244	-117,2

### Despesas gerais e administrativas

No 3T11, as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 5,4 milhões, apresentando um aumento de 89,8% em comparação com o 3T10, quando atingiram R\$ 2,8 milhões. Tal variação decorreu (i) do aumento nas despesas gerais e administrativas da Desenvix Controladora, no valor de R\$ 614 mil, especialmente em função do aumento nos gastos com serviço de terceiros, viagens e estadias, (ii) do aumento nas despesas gerais e administrativas da ENEX, em decorrência do aumento da sua atividade operacional, além da aquisição do seu controle integral pela Desenvix, ocorrido no início de setembro de 2011, a qual passou a consolidar em seu resultado 100% das despesas e (iii) da implementação da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, quando as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser consideradas no resultado consolidado da Companhia, conforme mencionado no início desse capítulo. Mais especificamente, a redução das despesas gerais e administrativas, em função da reestruturação societária, foi de R\$ 94 mil na Esmeralda S.A., R\$ 58 mil na Santa Laura S.A., R\$ 161 mil na Santa Rosa S.A. e R\$ 640 mil na Monel Monjolinho Energética S.A..

### Honorários da administração

No 3T11, as despesas com honorários da administração atingiram R\$ 1,1 milhão, apresentando um aumento de 122,4% em comparação com o 3T10, quando atingiram R\$ 481 mil. Tal variação decorreu, principalmente, da reestruturação organizacional da companhia, com a criação das Vice-Presidências e a introdução de Conselho de Administração e Fiscal remunerados, de forma a prepará-la para seu crescimento futuro.



## Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

### **Com estudos em desenvolvimento**

No 3T11, as despesas com estudos em desenvolvimento atingiram R\$ 0,6 milhão, apresentando uma redução de 245,6% em comparação com o 3T10, quando atingiram R\$ 2,3 milhões. A variação é principalmente em função dos investimentos ocorridos no 3T10 para o desenvolvimento do inventário do Rio Piquiri, que somou R\$ 1,3 milhão, além dos estudos de viabilidade com o projeto da UHE São Roque, que somou R\$ 0,7 milhão.

A Companhia atua em todo o ciclo de geração de energia, desde o desenvolvimento de projetos, passando pela implantação de empreendimentos e finalizando com a operação e manutenção das usinas. Na área de estudos e desenvolvimento de projetos, investe em estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros. Quando o projeto possui cláusula resolutiva que garanta o ressarcimento dos gastos incorridos no seu desenvolvimento, ou alguma habilitação que garanta a sua implantação, os valores investidos são contabilizados na conta do balanço patrimonial ativo intangível, do contrário são contabilizados na conta de resultado gastos com estudos em desenvolvimento. Nesse sentido, no período de nove meses acumulados do ano de 2011, a Companhia investiu R\$ 5,2 milhões com estudo e desenvolvimento de projetos, dos quais R\$ 3 milhões foram apropriados ao resultado. O saldo, em 30 de setembro de 2011, da conta ativo intangível era de R\$ 31,8 milhões.

<b>Gastos com estudo e desenvolvimento de projetos</b>	<b>3T11</b>	<b>9M11</b>
<b>Incorridos no período</b>	<b>2.828</b>	<b>5.222</b>
<b>Apropriados ao Resultado</b>	<b>654</b>	<b>3.045</b>
<b>Saldo Ativo Intangível</b>	<b>31.817</b>	<b>31.817</b>

### **Perdas com contratos de energia**

As perdas com contratos de energia apresentaram saldo nulo, tanto no 3T11 quanto no 3T10. O saldo observado no 9M11 e ocorrido no 1T11 é fruto do reconhecimento das perdas estimadas pela energia não entregue pela usina Enercasa, em função do atraso na sua entrada em operação, sendo reconhecidas pela Companhia e provisionadas para passivo a descoberto.

### **Outras receitas operacionais líquidas**

No 3T11 as outras receitas operacionais líquidas atingiram uma despesa de R\$ 37 mil, em comparação com uma despesa de R\$ 4 mil no 3T10, apresentando uma variação de 825%. No acumulado do ano de 2010 o valor de outras receitas, no montante de R\$ 1,4 milhão é referente ao recebimento da parcela final da venda de nossa participação no consórcio chamado de "Consórcio de Empresas" (detentor de projetos eólicos localizados no estado de Santa Catarina).

### **EBITDA E MARGEM EBITDA**

O EBITDA alcançou R\$ 19,5 milhões no 3T11, apresentando aumento de 361,8% em relação ao 3T10, quando alcançou R\$ 4,2 milhões, em linha com os efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA, como consequência do EBITDA, apresentou aumento de 25,5 p.p. na comparação entre os trimestres, passando de 34,0% para 59,5% da receita operacional líquida do 3T11 para o 3T10.

## Comentário do Desempenho



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

EBITDA (R\$ mil)	3T10	3T11	Var % 3T11 x 3T10	9M10	9M11	Var % 9M11 x 9M10
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	1.507	11.882	688,4	31.505	28.804	-8,6
(+) Depreciação	2.711	7.599	180,3	16.742	21.668	29,4
<b>EBITDA</b>	<b>4.218</b>	<b>19.481</b>	<b>361,8</b>	<b>48.247</b>	<b>50.472</b>	<b>4,6</b>
Receita Líquida	<b>12.393</b>	<b>32.752</b>	<b>164,3</b>	<b>73.310</b>	<b>87.930</b>	<b>19,9</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>34,0%</b>	<b>59,5%</b>	<b>25,5 p.p.</b>	<b>65,8%</b>	<b>57,4%</b>	<b>-8,4 p.p.</b>

Por estar em fase de crescimento acelerado, com elevados montantes de investimento anuais financiados por empréstimos de longo prazo estruturados na modalidade *project-finance*, a Companhia possui atualmente auto grau de alavancagem e elevada despesa financeira anual. Também, por ser uma empresa jovem, com elevados investimentos em ativo imobilizado, a depreciação é parcela importante das despesas da Companhia.

A Administração da Companhia entende que o EBITDA e a margem EBITDA sejam os métodos mais adequados para acompanhamento do desempenho da Companhia, pois, ao excluírem despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação, mas, em diferentes estágios de maturidade, bem como a comparação com empresas de outros setores, mas, com diferentes estruturas de alavancagem e diferentes taxas de amortização e de depreciação.

O EBITDA e a margem EBITDA não são uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores de nosso desempenho operacional ou como substitutos do nosso fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez.

## RESULTADO FINANCEIRO

No 3T11, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 13,0 milhões, aumento de 118,7% na comparação com o mesmo período de 2010, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 6,0 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	3T10	3T11	Var % 3T11 x 3T10	9M10	9M11	Var % 9M11 x 9M10
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(7.188)</b>	<b>(15.238)</b>	<b>112,0</b>	<b>(36.928)</b>	<b>(45.071)</b>	<b>19,8</b>
- Com financiamentos	(3.748)	(11.178)	198,2	(25.139)	(34.050)	35,4
- Cartas de fiança bancária	(993)	(614)	-38,2	(1.684)	(1.402)	-16,7
- IOF e multa e juros sobre tributos	(2.268)	(272)	-88,0	(3.432)	(3.883)	13,1
- Variações monetárias passivas	-	(155)	100,0	-	(192)	100,0
- Outras despesas financeiras	(179)	(3.019)	1.586,6	(6.673)	(5.544)	-16,9
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.223</b>	<b>2.193</b>	<b>79,3</b>	<b>2.164</b>	<b>4.663</b>	<b>115,5</b>
- Com aplicações financeiras	1.071	1.035	-3,4	1.594	3.221	102,1
- Variações monetárias ativas	19	-	-100,0	52	2	-96,2
- Juros e outras	133	1.158	770,7	518	1.440	178,0
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(5.965)</b>	<b>(13.045)</b>	<b>118,7</b>	<b>(34.764)</b>	<b>(40.408)</b>	<b>16,2</b>



## Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

### **Despesas financeiras**

No 3T11, as despesas financeiras atingiram R\$ 15,2 milhões, apresentando um aumento 112,0% em comparação com o mesmo período de 2010, quando atingiram R\$ 7,2 milhões. Tal variação é decorrente (i) do aumento de 198,2% das despesas financeiras com financiamentos, que passaram de R\$ 3,7 milhões no 3T10 para 11,2 milhões no 3T11, principalmente em função (a) do aumento de R\$ 2,5 milhões das despesas com financiamentos da Desenvix Controladora, proveniente dos empréstimos de curto prazo, na categoria de empréstimo ponte, contraídos pela controladora com a finalidade de permitir o andamento das obras dos atuais empreendimentos em implantação até que as liberações dos financiamentos de longo prazo ocorressem, além (b) da implementação da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, quando as empresas Santa Rosa S.A., Santa Laura S.A., Esmeralda S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A. passaram temporariamente a ser subsidiárias de nosso Acionista Controlador Indireto Jackson, deixando de ser consideradas no resultado consolidado da Companhia, conforme mencionado no início desse capítulo. Mais especificamente, a redução das despesas financeiras com financiamentos, em função da reestruturação societária, foi de R\$ 694 mil na Esmeralda S.A., R\$ 594 mil na Santa Laura S.A., R\$ 1.486 mil na Santa Rosa S.A. e R\$ 2.646 mil na Monel Monjolinho Energética S.A.. O aumento das despesas financeiras com financiamentos foi parcialmente compensado pela redução de R\$ 400 mil no valor dos juros amortizados dos atuais empréstimos do BNDES, das controladas em operação, uma vez que os juros pagos são decrescentes. O aumento da despesa financeira também é decorrente (ii) do aumento das outras despesas financeiras, composta principalmente por despesas relacionadas às concessões a pagar, referente à contribuição pela Utilização do Bem Público (“UBP”) da UHE Monjolinho, uma vez que a subsidiária era parte integrante da reestruturação societária ocorrida nos meses de julho e agosto de 2010, conforme mencionado anteriormente. Por sua vez, contribuiu de forma contrário ao aumento das despesas financeiras do período, (i) a redução de 88% das despesas com IOF e multa e juros sobre tributos, principalmente pela realização de provisão, no 3T10, de IOF a pagar sobre mútuos ocorridos em períodos retroativos, além (ii) da redução de 38,2% das despesas financeiras com cartas de fiança bancária.

### **Receitas financeiras**

No 3T11, as receitas financeiras atingiram R\$ 2,2 milhões, apresentando um aumento 79,3% em comparação com o mesmo período de 2010, quando atingiram R\$ 1,2 milhão. Tal variação é decorrente principalmente do aumento das receitas financeiras com juros e outras, em função da correção monetária do empréstimo da Desenvix Controladora para sua parte relacionada, Usina Pau D'Alho S.A. a qual totalizou R\$ 1,2 milhão no 3T11.

## **RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**

No 3T11, o resultado de participações societárias foi positivo R\$ 423 mil, em comparação com um resultado negativo de R\$ (27) mil no 3T10. O resultado de participações societárias do 3T11 é composto pelo resultado de equivalência patrimonial subsidiária Goiás Transmissão S.A., no valor de R\$ 294 mil e de R\$ 128 mil da subsidiária MGE Transmissão S.A..

## **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A Desenvix, assim como as suas controladas Enex e UHE Monjolinho, optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

No 3T11, as despesas com IRPJ e CSLL somaram R\$ 186 mil. No mesmo período de 2010, as despesas com IRPJ e CSLL somaram R\$ 628 mil. A redução é fruto principalmente da (i) contabilização do IRPJ diferido da subsidiária

## Comentário do Desempenho



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

UHE Monjolinho, em função da variação de resultado apurado entre a base de cálculo do resultado societário e regulatório, além da (ii) contabilização do IRPJ diferido da Desenvix Controladora, calculado sobre a variação dos investimentos disponíveis para venda. A diferença entre as apurações decorre da conciliação entre BR GAAP antigo e CPCs (a) Uso do Bem Público, (b) Depreciação pelo prazo de concessão e (c) Provisão para custos socioambientais.

#### PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

No 3T11, a participação de não controladores foi de R\$ 54 mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.. Já no 3T10, o saldo da participação de não controladores era de R\$ (711) e representava a participação do Caixa FIP Cevix nos nossos resultados.

#### LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO

No 3T11 foi registrado um resultado líquido negativo em R\$ 872 mil, representando uma variação positiva de 85% em relação ao 3T10, quando o resultado líquido negativo foi de R\$ 5,8 milhões, em linha com os efeitos mencionados anteriormente. No acumulado do ano, o resultado líquido negativo foi de R\$ 11,2 milhões no 9M11 e de R\$ 6,5 milhões no 9M10.

## 14) ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO E DÍVIDA LÍQUIDA

Em 30 de setembro de 2011, a dívida líquida somava R\$ 583 milhões, representando aumento de 80,4% na comparação com 31 de dezembro 2010, quando a dívida líquida somava R\$ 323,2 milhões. O aumento ocorreu em função do comportamento dos componentes a seguir:

**Endividamento bancário:** entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou aumento de 72,5% ou R\$ 289,2 milhões em função da (i) das liberações, nos meses de maio e setembro, da primeira e segunda parcela do financiamento do BNDES da PCH Passos Maia, no valor de R\$ 60 milhões e R\$ 18,9 milhões, tendo influenciado nosso endividamento consolidado em R\$ 39,5 milhões, haja visto a nossa participação de 50% no empreendimento, (ii) das liberações, nos meses de julho e setembro, da primeira e segunda parcela do financiamento do BNDES da PCH Moinho, no valor de R\$ 40 milhões e R\$ 7,8 milhões, (iii) da liberação, no mês de agosto, da primeira parcela do financiamento do BNB do Parque Eólico Desenvix Bahia, no valor de R\$ 193,9 milhões e (iv) da captação de empréstimo tipo ponte no valor de R\$ 180 milhões, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos atuais empreendimentos em implantação, até que a liberação das parcelas de longo prazo ocorresse. Por outro lado, contribuiu para mitigar o aumento do endividamento (i) a redução de R\$ 6,4 milhões no saldo do FINEP, em função das amortizações ocorridas no período, (ii) a amortização de principal, no valor de R\$ 22,3 milhões, dos empréstimos tomados junto ao BNDES dos empreendimentos Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa e Monjolinho e (iii) a amortização de principal de empréstimo tipo ponte, no valor de R\$ 150 milhões.

**Caixa e aplicações financeiras:** entre os períodos em análise houve um aumento no saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 29,4 milhões, efeito principalmente (i) pelo saldo de aplicação financeira da Desenvix Controladora no valor de R\$ 49,4 milhões, proveniente do saldo não utilizado do empréstimo tomado junto à SN Power, conforme item 6 deste relatório, (ii) pela constituição de aplicação financeira restrita (conta reserva) das usinas eólicas do Complexo Eólico Desenvix Bahia, no valor de R\$ 10 milhões, por força dos contratos de financiamento firmados com o BNB, (iii) pelos saldos de aplicações financeiras das usinas em implantação, PCH Passos Maia e PCH Moinho, no valor total de R\$ 16,5 milhões, provenientes do montante não gasto das parcelas

## Comentário do Desempenho

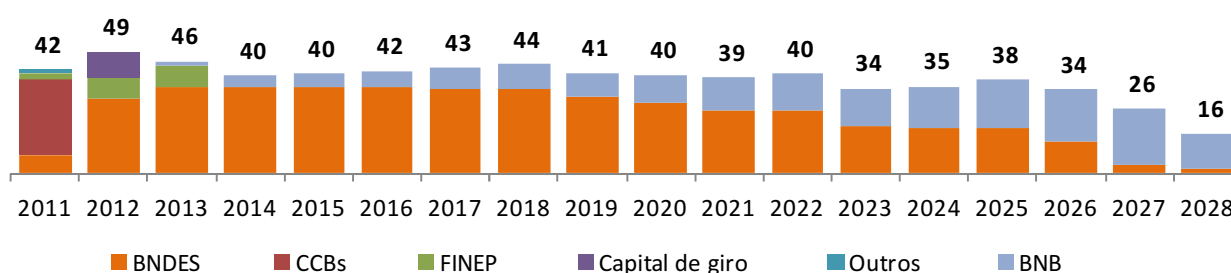


### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

dos financiamentos de longo prazo liberadas. Por outro lado, contribuiu para a redução do saldo de caixa e aplicações financeiras, os investimentos de capital próprio realizados nos nossos empreendimentos em implantação, nos nossos projetos em desenvolvimento, bem como nos nossos gastos gerais e administrativos, no valor aproximado de R\$ 46,5 milhões.

Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	Var % set11 x dez10
<b>Endividamento bancário</b>	<b>399.012</b>	<b>688.227</b>	<b>72,5</b>
- Financiamento de obras - BNDES	362.589	429.693	18,5
- Financiamento de obras - BNB	-	196.524	100,0
- Cédula de crédito bancário	-	31.018	100,0
- FINEP	26.008	19.614	-24,6
- Financiamento de capital de giro	10.005	10.000	0,0
- Outros	410	1.378	236,1
<b>Caixa e aplicações financeiras</b>	<b>(75.811)</b>	<b>(105.244)</b>	<b>38,8</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>323.201</b>	<b>582.983</b>	<b>80,4</b>

O cronograma de amortização do endividamento, conforme saldo de R\$ 688,2 milhões de 30 de setembro de 2011, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):



Em 30 de setembro de 2011, a parcela da dívida indexada à TJLP representava 65% do endividamento bancário, apresentando redução de 32 p.p., na comparação com 31 de dezembro de 2010, quando representava 97%. Em contra partida à menor participação da dívida indexada à TJLP, houve um acréscimo de 3 p.p. na participação da dívida indexada ao CDI, que representava 3% do endividamento bancário, em 31 de dezembro de 2010, contra 6% em 30 de setembro de 2011. A maior participação da dívida indexada ao CDI reflete o maior grau de alavancagem de curto prazo na qual a Companhia estava exposta no final do mês de setembro de 2011, fruto da necessidade de captação de empréstimos tipo ponte, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos atuais empreendimentos em implantação, até que a liberação da totalidade das parcelas de longo prazo ocorresse. Também contribuiu para a menor participação da dívida indexada à TJLP, o acréscimo de 29 p.p. da dívida pré indexada, cujo saldo e 31 de dezembro de 2010 era inexistente. A captação de dívida pré fixada ocorrida durante o

## Comentário do Desempenho



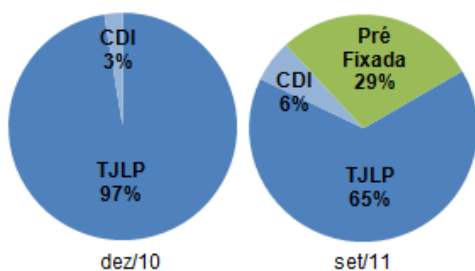
### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

3T11 é fruto da primeira liberação do endividamento de longo prazo tomado junto ao BNB, para o financiamento do Parque Eólico Desenvix Bahia.

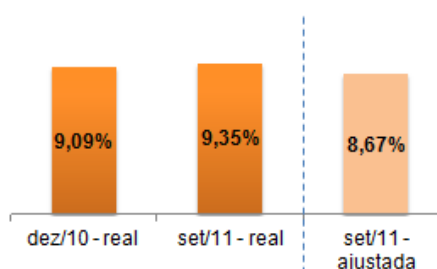
O contrato de financiamento de longo prazo do Parque Eólico Desenvix Bahia tomado junto ao BNB prevê bônus de adimplência sobre encargos de 25%. A incidência do referido bônus está condicionada ao pagamento, das prestações de juros ou de principal e juros, até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros pré fixados passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

Em linha com o aumento da participação da dívida indexada ao CDI, conforme anteriormente mencionado, o custo médio ponderado da dívida bancária teve aumento de 0,26 p.p., passando de 9,09%, em 31 de dezembro de 2010, para 9,35%, em 30 de setembro de 2011. Observada a condicionante do cronograma de amortização do empréstimo do BNB, tendo como consequência a aplicação do bônus de adimplência, o custo médio ponderado da dívida bancária é de 8,67%.

**Composição da Dívida Bancária por Indexador**



**Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária**



## 15) INVESTIMENTOS

No 3T11, a Companhia investiu R\$ 142,2 milhões nos seus empreendimentos em implantação, sendo que no acumulado do ano de 2011, até o mês de setembro, o valor investido foi de R\$ 341,0 milhões. O atual plano de expansão da Companhia, que duplicará a sua capacidade instalada de geração de energia elétrica, prevê investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão, onde grande parte será financiada com recursos de capital de terceiros e cujos desembolsos ocorrerão durante os anos de 2010 e 2011.

A tabela a seguir relaciona o *Capex* total estimado por empreendimento em implantação com o valor investido desde o início da construção até a data de 30 de setembro de 2011.

## Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO – 3T11 e 9M11

Empreendimento (R\$ milhões)	Capex Total Estimado*	Investimento Realizado até 30/09/2011*	% Realizado
Moinho	93,1	86,3	92,7
Passos Maia	67,8	50,0	73,7
Enercasa	88,9	85,0	95,6
Complexo Eólico Desenvix Bahia	407,2	307,5	75,5
Parque Eólico Barra dos Coqueiros	103,3	5,1	4,9
LTs MGE e Goiás	176,1	46,5	26,4
<b>Investimento Total</b>	<b>936,4</b>	<b>580,4</b>	<b>62,0</b>

\*considera participação societária da Desenvix

## 16) GESTÃO DE PESSOAS

Em 30 de setembro de 2011 a Desenvix Controladora contava com 59 colaboradores diretos, além dos 334 empregados da ENEX. Do efetivo da Desenvix, 18 são engenheiros com experiência relevante no setor energético, e em constante aprimoramento técnico através programas de educação continuada e do desenvolvimento de cursos de formação e capacitação profissional, que são estendidos a todo o efetivo da empresa.

Este material inclui informações que se baseiam nas hipóteses e perspectivas atuais da administração da Companhia, que poderiam ocasionar variações materiais entre os resultados, performance e eventos futuros. Inúmeros fatores podem afetar as estimativas e suposições nas quais estas opiniões se baseiam, tais como condições gerais e econômicas no Brasil e outros países, condições do mercado financeiro, condições do mercado regulador e outros fatores.

## Notas Explicativas

### Desenvix Energias Renováveis S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 1 Contexto operacional

A Desenvix Energias Renováveis S.A. (a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente "o Grupo"), com sede social em Barueri - São Paulo tem por atividade a participação no capital social de outras empresas nas áreas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, Saneamento Básico, Controle de Poluição, Tratamento de Efluentes Industriais, Gás, Biocombustível, Transportes, bem como a prestação de serviços de Assessoria, Consultoria, Administração, Gerenciamento e Supervisão, nas suas áreas de atuação.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2010 foi aprovado, entre outros, a alteração da denominação social da Companhia de Desenvix S.A. para Desenvix Energias Renováveis S.A.

Em 19 de setembro de 2011, a Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Ofício CVM/SEP/RIC/nº 028/2011, concedeu à Companhia o registro de Companhia aberta, categoria "A".

Em 2 de setembro de 2011, a BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, por meio do GAE 1.984-11, deferiu o pedido de registro para negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia no mercado de balcão organizado. As ações da Companhia estão registradas com o código DVIX3M. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, conforme cláusula compromissária constante no seu estatuto social.

O Grupo, controlado pela Jackson Empreendimentos Ltda. ("Jackson") e pela Fundação dos Economistas Federais ("FUNCEF"), atua de maneira integrada com as empresas na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação de empreendimentos de geração de energia renovável. As atividades envolvem o constante desenvolvimento de novos projetos.

Em 12 de agosto de 2011, os principais acionistas da Companhia, Jackson Empreendimentos Ltda. e FUNCEF, celebraram um Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda") com a SN Power Energia do Brasil Ltda. ("SN Power"), para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power. A Companhia foi avaliada pela SN Power e negociada pelo valor de R\$ 1.613 milhões ("pré-money"). O valor a ser desembolsado pela SN Power será de R\$ 706 milhões (data base agosto de 2011), sendo, R\$ 120 milhões a serem aportados no capital, por meio da aquisição de novas ações a serem emitidas pela Companhia (operação primária) e R\$ 586 milhões a serem adquiridos junto à Jackson e FUNCEF (operação secundária). A parcela de R\$ 120 milhões (R\$ 118.147, líquido dos custos de captação), relativa à operação primária, foi adiantada à Companhia em 12 de setembro de 2011, por meio de um contrato de empréstimo em moeda nacional, sobre o qual incidirão juros equivalentes à taxa Selic mais margem somente em caso de não fechamento do negócio. Assim que as condições precedentes ao fechamento de negócio forem realizadas, este empréstimo será convertido em aporte primário de capital. Em 30 de setembro de 2011, o referido empréstimo foi classificado contabilmente como instrumento de dívida em virtude das condicionantes para conversão deste empréstimo em capital social estarem vinculadas à obtenção de aprovação da operação perante terceiros. A parcela de

R\$ 586 milhões relativa à operação secundária também está condicionada à realização de diversas condições precedentes ao fechamento do negócio, dentre as quais se destacam as seguintes:

(a) Aprovação da operação por parte da ANEEL, BNDES, Eletrobrás e outros credores: A referida operação deverá ser submetida e aprovada por estes órgãos; (b) As participações na BBE e Baixo Iguaçu deverão ser transferidas para outras pessoas nos termos definidos pela SN Power; (c) O contrato de empréstimo citado anteriormente, no valor de R\$ 120 milhões, não poderá ter sido declarado vencido antecipadamente pela SN Power, de acordo com seus termos; (d) A Companhia deverá apresentar documento de renúncia do direito de preferência pelos sócios da MGE, Goiás e Cubatão em relação ao investimento ou o exercício do direito de preferência pelos sócios da MGE, Goiás e Cubatão, salvo se as

## Notas Explicativas

### Desenvix Energias Renováveis S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

partes decidirem, em comum acordo, pela alienação na participação da Companhia em tais empresas até a data do fechamento e; (v) Aquisição da participação societária da Enex, de forma que esta empresa passasse a ser controlada integralmente pela Companhia.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Autorizativa nº 3.138, de 4 de outubro de 2011, concedeu anuência prévia à reestruturação societária da Companhia, com a entrada da SN Power em seu bloco de controle. Após a realização das operações primária e secundária, a SN Power compartilhará o controle da Desenvix com a Jackson e a FUNCEF, sendo a seguinte participação societária no capital da Companhia: SN Power: 40,65%; Jackson: 40,65% e; FUNCEF: 18,70%.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integradamente e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de partes relacionadas. O benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

A sociedade ligada Engevix Engenharia S.A. ("Engevix"), controlada pela Jackson Empreendimentos Ltda., foi contratada para implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usina Hidrelétrica, Parque Eólico e Usinas em construção descritas na Nota 1(a), em regime de contrato de empreitada integral, incluindo o projeto básico, projeto executivo, obras civis, aquisição, montagem e comissionamento dos equipamentos eletromecânicos.

A emissão dessas Informações Trimestrais (ITR) foi autorizada pela diretoria, em 9 de novembro de 2011.

#### **(a) Operações**

O Grupo Desenvix investe em empreendimentos de geração de energia elétrica por meio de (i) Usinas Hidrelétricas (UHEs); (ii) Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs); (iii) Usinas Eólicas (UEEs); (iv) Usinas Térmicas de Biomassa (UTES) e (v) Linhas de Transmissão.

A energia produzida é negociada por meio de contratos de compra e venda, celebrados tanto no Ambiente de Contratação Livre (ACL), no qual o preço é negociado diretamente entre o consumidor e produtor, quanto no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), no qual o preço da energia é determinado por meio de lance ofertado em leilões realizados pelo governo para suprir as demandas das distribuidoras.

A produção de energia das PCHs Esmeralda S.A., Santa Rosa S.A. e Santa Laura S.A., foi totalmente vendida no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), através de Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVE), usualmente por um período de 20 anos, firmados com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras). A produção de energia da UHE Monel Monjolinho Energética S.A., consoante contrato firmado de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrente do resultado do 3º Leilão de Energia Nova, realizado em outubro de 2006, foi vendida para distribuidoras por um prazo de 30 anos, a partir de janeiro de 2011. Adicionalmente, em setembro de 2008 foi firmado o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com o cliente privado, pelo qual foi contratada a venda de energia para o período de 1º de setembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010 (42 MW médios).

#### **(i) Empreendimentos em operação**

O Grupo Desenvix, por intermédio de empresas controladas, detém diversas autorizações para operação de PCHs e participação integral em empreendimentos em operação que incluem:

## Notas Explicativas

### Desenvix Energias Renováveis S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Empresas</u>	<u>Data de início das operações</u>	<u>Rio</u>	<u>Capacidade contratada em MW</u>	<u>Vencimento do contrato (autorizações)</u>
Esmeralda S.A.	23.12.06	Bernardo José	22,2	21.12.31
Santa Laura S.A.	01.10.07	Chapecozinho	15	27.09.30
Santa Rosa S.A. (*)	01.07.08	Grande	30	31.05.31

(\*) Em janeiro de 2011, em decorrência do elevado volume de chuvas que caíram na região serrana do Rio de Janeiro, que resultou na alta afluência do Rio Grande, região onde está instalada a PCH Santa Rosa, ocorreu a inundação da casa de força da usina, atingindo grande parte dos equipamentos eletromecânicos; em decorrência, foram desligadas as 3 unidades geradoras em caráter de emergência. O referido sinistro não resultou em qualquer dano estrutural, inclusive a barragem e a tomada d'água, ficando o mesmo restrito aos acessos, cercas, pequenos taludes, entre outros.

Em 30 de setembro de 2011 a Usina encontrava-se totalmente recuperada. Das três unidades geradoras, duas entraram em operação em junho de 2011, tendo a terceira unidade geradora, retornado em operação no mês de setembro de 2011.

A Santa Rosa S.A., está emitindo o faturamento regular do fornecimento de energia elétrica previsto no PROINFA, assim como está recebendo os montantes faturados. Tal possibilidade tem por base a sua participação no MRE, assim como pelo fato da ausência de geração de energia decorrer de caso fortuito de força maior (inundação), não sendo esperadas perdas relevantes em decorrência do procedimento adotado, cujo eventual valor só será passível de mensuração em janeiro ou fevereiro de 2012, data estimada em que a entidade reguladora disponibilizará o montante do ajuste decorrente do processo de realocação de energia. Em 6 de junho de 2011, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.418, suspendendo a operação comercial da unidade geradora nº 3, sendo a suspensão em caráter temporário até que a condição operativa da referida unidade geradora seja restabelecida. Em 16 de setembro de 2011, a ANEEL emitiu o Despacho nº 3.763, autorizando o retorno da operação comercial da unidade geradora nº 3 da PCH Santa Rosa.

Os gastos previstos para recomposição total da Usina são da ordem de R\$ 5,1 milhões, (até 30 de setembro de 2011 foram incorridos gastos, no montante de R\$ 4,8 milhões, apresentados no ativo circulante), mantendo a empresa seguro risco operacional, sendo o valor da indenização ainda a ser apurado, considerando, inclusive a aplicação da franquia.

Vide informações adicionais sobre as PCHs na Nota 1(a)(ii) às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

O Grupo Desenvix, por intermédio de empresas controladas e por meio de investimentos avaliados ao custo, detém concessões para operação de serviço público de geração de energia elétrica através de UHes:

<u>Empresas</u>	<u>Rio</u>	<u>Capacidade contratada em MW</u>	<u>Vencimento do contrato</u>
Monel Monjolinho Energética S.A.	Passo Fundo	74	22 de abril de 2037
Dona Francisca Energética S.A.	Jacuí	125	28 de agosto de 2033
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas	Das Antas	360	31 de dezembro de 2029



## Notas Explicativas

### Desenvix Energias Renováveis S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Vide informações adicionais sobre as UHEs na Nota 1(a)(ii) às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

#### (ii) Projetos em construção

##### . PCH Moinho

A PCH Moinho S.A. localizada no rio Bernardo José, no Rio Grande do Sul, está em fase de construção, sendo sua conclusão prevista para setembro de 2011. A geração de energia da PCH foi inicialmente vendida no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), por um período de 19,4 anos, a partir de agosto de 2011. O CCVE celebrado prevê o fornecimento mensal de 7 MW/médios.

Em 6 de novembro de 2009, foi firmado o primeiro termo aditivo ao CCVE, estabelecendo aumento no prazo fixado para apresentação da documentação relativa à estruturação financeira decorrente da contratação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Em decorrência do atraso na construção da usina, derivado do assunto mencionado a seguir, foi firmado em 16 de abril de 2010 o segundo termo aditivo ao referido contrato, retificando o período de fornecimento de energia para 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2024.

A construção da PCH Moinho esteve paralisada em decorrência de diversos atos praticados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), inclusive deprecação de determinados bens, tendo a empresa enviado correspondências ao Ministério Público Federal (Procuradoria da República), Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, assim como sendo lavrado diversos boletins de ocorrência comunicando tais fatos, tendo inclusive uma ordem de reintegração de posse a favor da empresa, não cumprida.

Em 16 de abril de 2010, foi firmada a ata de reunião da Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Vacaria, onde os representantes da Promotoria, da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania e os advogados da empresa e dos interessados, ajustaram as seguintes condições na solução das questões emergentes da construção da PCH: (i) as obras da PCH serão retomadas na primeira semana do mês de maio de 2010; (ii) as partes deverão assinar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) onde serão detalhadas as condições de satisfação das demandas formuladas pelos interessados ao Ministério Público Estadual, bem como as responsabilidades pessoais dos ajustantes e as garantias para o fiel cumprimento do ajustado, especialmente no pertinente à finalização das obras da PCH; (iii) os interessados serão convocados pelo Ministério Público Estadual, no prazo de 60 dias contados da assinatura do TAC, de modo que, por intermédio de Termos de Ajustes Complementares, sejam estabelecidas as regras e procedimentos para concretização de eventual transmissão de propriedade e/ou aquisição, sempre assegurando-se 5 ha de área agricultável por interessado, comprometendo-se a empresa a disponibilizar um estudo técnico agrícola para acompanhamento das condições ambientais na implantação para exploração dos lotes; (iv) as ações judiciais em andamento deverão ser compostas amigavelmente podendo a empresa assumir, mediante negociação específica, eventuais honorários de advogados e custas processuais; e (v) o representante dos interessados assume, perante o Ministério Público e diante da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, a responsabilidade de assegurar, junto aos seus representados, que os termos ora ajustados serão por eles cumpridos, especialmente garantindo as condições para retomada imediata do empreendimento e sua não interrupção.

Em 20 de agosto de 2010, foi firmado o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), estabelecendo, dentre outras, as seguintes condições: (i) que serão firmados Termos de Ajustamento de Conduta Complementares, com cada interessado, de modo a viabilizar a consecução ao presente

## Notas Explicativas

### Desenvix Energias Renováveis S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

TAC; (ii) que a Moinho S.A. garantirá o mínimo de 5 ha de terras agriculturáveis na região para cada interessado indicado pelo Ministério Público Estadual, nos termos do respectivo TAC Complementar, com garantias de acesso e devidamente mapeados, de modo a permitir que os beneficiários trabalhem na terra produzindo o seu sustento econômico; e (iii) que no prazo máximo 60 dias contados da conclusão das obras, a Moinho S.A. transmitirá as respectivas propriedades de acordo com os TACs Complementares a serem firmados, mediante cláusula modal, declarando, desde já, possuir 79,06 ha disponíveis entre áreas a serem destinadas à agricultura familiar e à composição das respectivas reservas legais. Até a data destas informações trimestrais não haviam obrigações não registradas provenientes dos TACs anteriormente citados.

A ANEEL, por meio do despacho nº 3.476, de 25 de agosto de 2011, liberou as unidades geradoras UG1 e UG2 para início da operação em teste, e por meio dos despachos nºs 3.766 e 3.803, de 19 de setembro e 20 de setembro de 2011, respectivamente, liberou ambas as unidades geradoras para início da operação comercial.

#### • PCH Passos Maia

Em 17 de setembro de 2009, a Companhia firmou com a Adami S.A. o "Contrato de Cessão de Direitos de Subscrição de Ações e Outras Avenças Sujeito a Condição", estabelecendo, dentre outros, o seguinte: (i) que a Companhia subscreveria ações em quantidade equivalente a 50% da participação societária mantida na Passos Maia S.A.; (ii) que a referida subscrição corresponderia a 338.100 novas ações ordinárias a serem integralizadas pelo montante de R\$ 10.000, sendo R\$ 6.619 a título de ágio na subscrição de ações; e (iii) que a efetividade da referida operação estava condicionada, independentemente de qualquer outra formalidade, a publicação no Diário Oficial da anuência prévia da ANEEL em relação aos termos propostos, em especial a cessão de direitos de subscrição de ações da Passos Maia S.A. pela Companhia. A referida autorização da ANEEL ocorreu em 11 de maio de 2010, mediante publicação da Resolução Autorizativa nº 3.385/10.

A PCH Passos Maia, localizada no rio Chapecó, no município de Passos Maia (SC), terá potência instalada de 25 MW e reservatório com área de 175 ha. As obras tiveram início no mês de janeiro de 2010 e a entrada em operação comercial está prevista para janeiro de 2012, estando a energia a ser produzida vendida no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") por meio de contrato bilateral do mercado livre, pelo prazo de 19 anos a partir da data de início da operação comercial.

Em 20 de maio de 2010 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando um novo aumento de capital social, no montante de R\$ 3.634, sendo o mesmo integralizado totalmente pela Adami. Nessa mesma data, a Companhia e a Adami assinaram o Acordo de Acionistas estabelecendo termos e condições para disciplinar o seu relacionamento, especialmente no tocante ao direito de voto e ao exercício de controle; os termos deste Acordo determinam que decisões essenciais ao andamento do negócio sejam tomadas em consenso pelos acionistas, estabelecendo o controle conjunto.

No mês de junho de 2010 a Companhia efetuou os aportes de capital totalizando R\$ 9.681, correspondentes aos R\$ 10.000 anteriormente mencionados. Por ocasião dos referidos aportes foi apurado um ágio de R\$ 4.516. No mês de julho de 2010 a Companhia integralizou a parcela remanescente do capital social (R\$ 319), bem como realizou a subscrição e integralização de R\$ 3.634, para assim equalizar sua participação de 50% no capital social da Passos Maia; em decorrência dos referidos aportes realizados até 30 de setembro de 2010, o capital social da Passos Maia passou a ser de R\$ 14.030 e tendo uma Reserva de Ágio na Subscrição de Ações, no montante de R\$ 6.619. A participação da Companhia na Passos Maia em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 era de 50%.

## Notas Explicativas

### Desenvix Energias Renováveis S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### . Parques eólicos

Em 2010, as empresas controladas Barracão S.A., Topázio S.A. e Safira S.A., tiveram sua razão social alterada para Macaúbas Energética S.A., Seabra Energética S.A. e Novo Horizonte Energética S.A., respectivamente.

As referidas empresas controladas estão em fase pré-operacional e irão explorar as três usinas eólicas que serão construídas, como resultado do Leilão de Venda de Energia nº 03/2009 realizado pela ANEEL em 14 de dezembro de 2009. As autorizações para as referidas empresas estabelecerem-se como Produtores Independentes de Energia Elétrica foram emitidas pelo Ministério de Minas e Energia em 17 de junho de 2010 (Macaúbas - Portaria nº 580) e 29 de julho de 2010 (Seabra - Portaria nº 671 e Novo Horizonte - Portaria nº 673), estabelecendo, dentre outras, as seguintes condições: (i) data de início das obras - 1º de outubro de 2010; (ii) data de início da operação comercial - 1º de julho de 2012; (iii) as usinas terão 30.000 kW de capacidade instalada cada uma, assim como garantia física de energia de 13.400 kW médios para Macaúbas, 11.330 kW médios para Seabra e 10.970 kW médios para Novo Horizonte. A energia a ser produzida foi contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos, a partir da data de início da operação comercial.

O cronograma de implantação do Parque Eólico da Bahia prevê o início da operação comercial da Usina Novo Horizonte para 15 de dezembro de 2011, da Usina SEABRA para 30 de dezembro de 2011 e da Usina Macaúbas para 30 de dezembro de 2011.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2010, foram aprovados aumento do capital social das controladas Macaúbas Energética S.A., Seabra Energética S.A. e Novo Horizonte Energética S.A., nos montantes de R\$ 3.150, R\$ 3.150 e R\$ 3.150, respectivamente, mediante a transferência dos projetos e estudos do Parque Eólico em implantação, os quais foram desenvolvidos pela Companhia.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2011, foram aprovados aumento do capital social das controladas Macaúbas Energética S.A., Seabra Energética S.A. e Novo Horizonte S.A. em R\$ 41.450, R\$ 35.190 e R\$ 35.190, respectivamente.

#### . Enercasa - Energia Caiuá S.A. ("Enercasa")

Proprietária da UTE Decasa, projetada para utilizar o bagaço de cana de açúcar como combustível para produzir energia elétrica. A UTE Decasa firmou contrato de venda de energia de reserva por um período de suprimento de 15 anos.

Em 25 de fevereiro de 2010, considerando que a Enercasa não deu início ao projeto de construção da usina, resultando, dessa forma, em atraso no fornecimento de energia nos termos dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, foi firmado o Contrato de Cessão de Participação Societária, estabelecendo, entre outros, os seguintes aspectos: (i) os demais acionistas da Enercasa transferem para a Companhia a totalidade de suas ações, representando 50% do capital social da referida empresa, pelo montante de R\$ 1,00; (ii) a consumação da referida cessão está condicionada à obtenção da aprovação prévia e escrita da ANEEL em relação à cessão e transferência das ações e a obtenção da autorização pela ANEEL e/ou CCEE para a Enercasa construir a usina de produção de energia a partir de biomassa em local diferente daquele estabelecido nos termos da proposta firmada pela Enercasa em razão do Leilão nº 01/2008 promovido pela ANEEL em 14 de agosto de 2008 e do CER nº 23/08; ou seja, tudo isso para que a Enercasa possa implementar e desenvolver, em outra

## Notas Explicativas

### **Desenvix Energias Renováveis S.A.**

#### **Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2011**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

localidade que não aquela originalmente definida, todo o projeto decorrente ou que consta da outorga nº 89 de 20 de fevereiro de 2009, emitida pelo Ministério de Minas e Energia; (iii) caso a ANEEL não aprove a cessão ou mesmo imponha qualquer restrição à mesma, as partes desde já estão cientes que retornarão ao status quo ante; e (iv) desde que as condições precedentes estejam presentes e seja concretizada integralmente a transferência para a Companhia das ações que os demais acionistas tem na Enercasa, nenhuma multa ou penalidade eventualmente imposta pela ANEEL ou pela CCEE à Enercasa poderá ser cobrada dos demais acionistas, tampouco eventuais indenizações por perdas e danos por parte da Companhia.

Em junho de 2010 foi assinado o Memorando de Entendimentos entre a Companhia e a Usina Pau D'Alho S.A. ("Usina"), localizada no município de Ibirarema, Estado de São Paulo, como novo parceiro e eventual sócio da UTE Decasa em substituição aos demais acionistas. A materialização dessa eventual associação está vinculada à aprovação pela ANEEL da transferência de ações dos demais acionistas da Enercasa para a Companhia, como mencionado anteriormente, assim como da aprovação da ANEEL quanto a admissão da Usina como acionista da Enercasa.

Em 22 de fevereiro de 2011, a ANEEL, através das Resoluções Autorizativas nºs 2.789 e 2.791, aprovou: (i) a transferência da participação societária mantida pelos demais acionistas para a Companhia, passando essa última a ser a controladora integral da Enercasa e (ii) a alteração do local de implantação da UTE, da capacidade a ser instalada para 33.000 kW e do sistema de transmissão de interesse restrito. Em decorrência será firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Energia de Reserva contemplando as referidas mudanças, assim como o novo valor da receita fixa a ser calculado pela ANEEL com base em recálculo da Receita Anual Variável (RAV) pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no caso de alteração de valores, ficando mantido o prazo de outorga estabelecido pela portaria MME nº 89, de 20 de fevereiro de 2009.

Em 26 de outubro de 2011, a ANEEL, através do despacho no 4.205, aprovou o início da operação comercial da UTE Decasa.

Valendo-se do Mecanismo de Cessão aprovado em final de 2010, conforme Resolução Normativa nº 452, de 11 de outubro de 2011, da ANEEL, e do estabelecido no Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 23/08, no qual a entrega de 90% da energia contratada evita a penalidade por inadimplência, a UTE Enercasa adquiriu 50.000 MWh da São Fernando Açúcar e Álcool Ltda., em 5 de agosto de 2011, e mais 15.000 MWh também da São Fernando Açúcar e Álcool Ltda., em 12 de setembro de 2011. A Companhia está em processo de aquisição de mais 20.000 MWh, até janeiro de 2012, totalizando assim, 85.000 MWh. A energia adquirida quando somada à previsão de geração de 41.144 MWh, para o período de 2011, totaliza 126.144 MWh, representando assim, 90% dos 140.160 MWh contratados através de Contrato de Energia de Reserva firmado entre a Companhia e a CCEE. Não são esperadas perdas decorrentes da adoção deste mecanismo.

Encontra-se pendente a publicação da Portaria definindo a nova garantia física da UTE (energia assegurada) pelo Ministério das Minas e Energia (MME) decorrente da alteração da potência instalada. Enquanto não houver a publicação da Portaria, a UTE não poderá comercializar no Ambiente de Contratação Livre (ACL) a energia que exceder os 16 MW vendidos no leilão de energia de reserva de 2008.

Em 30 de setembro de 2011 a Enercasa efetuou adiantamento de R\$ 4.065 para compra de energia. Este saldo está classificado dentro da rubrica "outros ativos", no ativo circulante.

## Notas Explicativas

### Desenvix Energias Renováveis S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### . Linhas de transmissão

Em 22 de outubro de 2010, foram firmados os Contratos de Compra e de Venda sob Condição Suspensiva e Outras Avenças com a Engevix Engenharia S.A. (parte relacionada - Nota 1), onde a Companhia adquiriu 25,5% de participação no capital social das seguintes empresas:

- .. MGE Transmissão S.A., pelo montante de R\$ 2.840, a qual é titular do contrato de concessão para exploração do serviço público nº 008/2010-ANEEL, assinado em 12 de julho de 2010, tendo vigência de 30 anos a partir da data de sua celebração para construção, operação e manutenção das referidas instalações de transmissão, devendo entrar em operação em 24 meses a partir da data da assinatura do contrato. O referido empreendimento está representado pelas Linhas de Transmissão Mesquita - Viana 2, Circuito Simples, em 500 kV, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e Viana 2 - Viana, Circuito Duplo, em 335 kV, bem como pela Subestação Viana 2, 500/345 kV, no Estado do Espírito Santo.
- .. Goiás Transmissão S.A., pelo montante de R\$ 2.929, a qual é titular do contrato de concessão para exploração do serviço público nº 002/2010-ANEEL, assinado em 12 de julho de 2010, tendo vigência de 30 anos a partir da data de sua celebração para construção, operação e manutenção das referidas instalações de transmissão, devendo entrar em operação em 24 meses a partir da data da assinatura do contrato. O referido empreendimento está representado pelas Linhas de Transmissão Rio Verde Norte - Trindade, Circuito Duplo, em 500 kV, Trindade - Carajás, Circuito Simples, em 230 kV, bem como pela Subestação Trindade, 500/230 kV, no Estado do Goiás.

Os contratos acima mencionados contêm cláusula onde as partes reconhecem que a alienação das ações é celebrada sob condição suspensiva, nos termos e para os fins do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), de a Companhia obter a aprovação da ANEEL. Na hipótese da ANEEL negar a aprovação das transferências das ações, nenhuma das partes terá adquirido qualquer direito por força da celebração dos referidos contratos.

Em 10 e 15 de março de 2011, a ANEEL emitiu as Resoluções Autorizativas nºs 2.792 e 2.816, aprovando as transferências das ações para a Companhia.

O início da construção das linhas de transmissão ocorreu em julho de 2011. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial em julho de 2012.

Conforme deliberação do Conselho de Administração realizada em 7 de julho de 2011, foram aprovados aumento de capital social, mediante AFACs, das linhas de transmissão MGE e Goiás Transmissão S.A., no valor de R\$ 4.590 e R\$ 5.100, respectivamente.

- .. Em 21 de janeiro de 2011, a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da ENERGEN - Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério das Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barra dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, estado de Sergipe. Como parte do contrato, a Companhia adquiriu a participação de 88,33% das ações ordinárias e das ações preferenciais, por R\$ 19.433, composto por R\$ 6.183 em dinheiro e R\$ 13.250 por assunção de passivos, além de um bônus de performance de até R\$ 4.000 que está vinculado a liberação de certos empréstimos e ao atingimento de montantes de geração de energia elétrica após o fechamento do primeiro quadriênio pós-implantação. A efetivação da transação estava

## Notas Explicativas

### Desenvix Energias Renováveis S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

condicionada a que a JP Participações Ltda. realizasse uma reestruturação societária na estrutura de participação na ENERGEN, sendo cláusula suspensiva para a efetivação do contrato a aprovação da transferência de controle da ENERGEN para a Companhia pela ANEEL. Em 10 de maio de 2011 a ANEEL anuiu, por meio da Resolução Autorizativa 2.880/2011, a troca de controle da Energen - Energias Renováveis S.A., a construção da usina teve início em setembro de 2011.

#### (iii) Projetos em estruturação

O Grupo Desenvix tem participação em projetos em estruturação que incluem, entre outros:

- **Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. ("UHE Cubatão")**

Empreendimento planejado para ser instalado no rio Cubatão, em Santa Catarina. A Companhia possui 20% de participação no projeto, estando o início de construção condicionado à renovação da licença ambiental de instalação, cujo processo se encontra em andamento junto ao órgão ambiental estadual.

- **Outras informações**

- .. Em 22 de outubro de 2010, foi firmado o Contrato de Compra e de Venda sob Condição Suspensiva e Outras Avenças com o Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix para aquisição de 9.000.500 ações ordinárias de emissão da Norte Energia S.A., equivalentes a 5% de seu capital votante e total. O referido contrato contém cláusula onde as partes reconhecem que a alienação das ações é celebrada sob condição suspensiva, nos termos e para os fins do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), de a Companhia obter a aprovação da ANEEL, assim como no caso da Norte Energia S.A., da aprovação, se necessária, do BNDES e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Na hipótese da ANEEL, ou quando aplicável e requerido, o BNDES e/ou CADE, negar a aprovação das transferências das ações, nenhuma das partes terá adquirido qualquer direito por força da celebração dos referidos contratos. As solicitações de transferência das participações societárias já foram encaminhadas para a ANEEL, ainda pendentes de sua aprovação final. Por força do Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças firmado, no dia 12 de agosto de 2011, com a SN Power, a Companhia não irá mais participar no referido empreendimento.
- .. Termo de Compromisso firmado com a Neoenergia S.A., em 23 de setembro de 2008, que garante a participação de 10% no capital social da futura Sociedade de Propósito Específico (SPE) a ser constituída e que terá por atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, mediante condição suspensiva da Neoenergia S.A. sagrar-se vencedora do leilão de energia. O referido empreendimento ainda não obteve a licença ambiental de instalação, assim como ainda não foi constituída a referida SPE e, conseqüentemente, não teve início a construção da referida Usina, mesmo tendo a Neoenergia S.A. logrado êxito no referido leilão. A Companhia por força do contrato assinado junto a SN Power poderá não mais participar deste empreendimento.
- .. Subestação Caldas Novas: o Consórcio Caldas Novas foi vencedor do Lote C no leilão de transmissão 008/2010, realizado em dezembro de 2010. Uma Sociedade de Propósito Específico está em fase de constituição para implantar, operar e explorar comercialmente a subestação Corumbá, de 150MVA, localizada no estado de Goiás, onde a Companhia terá participação de 25,05% na referida sociedade. Em 12 de agosto de 2011, a Companhia, em resposta à Proposta de

## Notas Explicativas

### Desenvix Energias Renováveis S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Compra de Ações encaminhada pela FR Incorporadora Ltda., ofereceu aos acionistas, em conformidade com o item 10.1.1 do Acordo de Acionistas do Consórcio Caldas Novas, a faculdade de exercer o direito de preferência na aquisição das ações, disponibilizando a venda das mesmas em igualdade de condições. Assim, a Companhia transferiu seu direito de exploração, referente a 25,05% da Caldas Novas, à FR Incorporadora Ltda. O pagamento e a transferência ocorrerão após a anuência da ANEEL. O valor do negócio foi de R\$ 325, sendo R\$ 25 para a Companhia, em restituição aos gastos incorridos com o projeto, e R\$ 300 para a Engevix, em função da renúncia ao contrato EPC.

#### (b) Alterações societárias

Vide informações sobre as alterações societárias ocorridas no exercício de 2010 na Nota 1(b) às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

#### (c) Reestruturação societária

Vide informações sobre a reestruturação societária ocorrida no exercício de 2010 na Nota 1(c) às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

#### (d) Posição financeira

Em 30 de setembro de 2011, o Grupo apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes (consolidado) de R\$ 243.850 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 25.510), motivado, em grande parte, pela utilização de parcela substancial dos recursos financeiros na construção das usinas eólicas e PCHs em andamento. O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia será restabelecido à medida que o Grupo receber os recursos financeiros dos financiamentos de longo prazo que serão, ou já estão, contratados, no montante de R\$ 133.580, composto como segue: (a) Eólicas - contrato de financiamento já assinado com Banco do Nordeste do Brasil, no montante total de R\$ 267.984, tendo sido liberado o montante de R\$ 193.908 em agosto de 2011, e o saldo remanescente com previsão de liberação até janeiro de 2012 e; (b) Enercasa - contrato de financiamento junto ao BNDES em fase de assinatura, no montante de R\$ 59.504. Adicionalmente, conforme divulgado na Nota 1, em 12 de agosto de 2011, os Acionistas Controladores diretos e indiretos da Companhia, celebraram com a SN Power Energia do Brasil Ltda. ("SN Power") e com a Statekraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda"), para alienação de participação acionária na Desenvix à SN Power e aporte de capital, após o cumprimento de determinadas condições precedentes, com término previsto para o mês de dezembro de 2011. Do valor total a ser desembolsado pela SN Power na execução do negócio, R\$ 120 milhões já foram adiantados à Companhia em 12 de setembro de 2011, por meio de um contrato de empréstimo. O referido saldo está classificado como "Partes relacionadas", no passivo circulante. Tão logo todas as cláusulas condicionantes para o fechamento do negócio sejam superadas, este valor será integralmente convertido em aporte primário de capital. Essa modificação no perfil do endividamento bancário consolidado da Companhia, transferindo empréstimos de curto prazo para o longo prazo, auxiliará a Companhia na inversão da atual condição do seu capital circulante líquido.

## 2 Resumo das principais políticas contábeis e apresentação das Informações Trimestrais (ITR)

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações financeiras foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a

## Notas Explicativas

### Desenvix Energias Renováveis S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pela *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário.

A Companhia declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na Nota 2 àquelas demonstrações financeiras.

#### 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia declara que as informações sobre estimativas e julgamentos contábeis críticos descritas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 permanecem válidas para essas ITR, estando o conteúdo dessas informações na Nota 3 àquelas demonstrações financeiras.

#### 4 Gestão de capital

Não houve alteração na política de gestão de capital da Companhia no terceiro trimestre de 2011 com relação ao descrito nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme divulgado na Nota 5.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, podem ser assim sumariados:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Total dos financiamentos (Nota 12)	686.401	399.012
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	77.298	57.672
Menos: aplicação financeira restrita (Nota 7)	27.946	18.139
Dívida líquida	<u>581.157</u>	<u>323.201</u>
Total do patrimônio líquido	<u>582.086</u>	<u>588.224</u>
Total do capital	<u>1.163.243</u>	<u>911.425</u>
Índice de alavancagem financeira - %	49,96	35,46

O aumento no índice de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2011 decorre da contratação de novos financiamentos para custeio dos projetos em construção (Nota 1(a)(ii)).



## Notas Explicativas

### Desenvix Energias Renováveis S.A.

#### Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Caixa e bancos	426	192	13.102	9.163
Aplicações financeiras	49.409	38.943	64.196	48.509
	<u>49.835</u>	<u>39.135</u>	<u>77.298</u>	<u>57.672</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Renda Fixa, com rendimentos médios equivalentes a 100% da variação do CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

#### 6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Fornecimento de energia elétrica (a)				
Eletrobras - PROINFA			6.957	6.241
Terceiros			7.464	6.532
Depósitos judiciais (b)				7.773
Clientes - terceiros (c)		6.416	3.279	7.311
Clientes - partes relacionadas (Nota 11)	2.530	490	30	250
	<u>2.530</u>	<u>6.906</u>	<u>17.730</u>	<u>28.107</u>

(a) Fornecimento de energia elétrica - está representado pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA e terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.

(b) Depósitos judiciais - corresponde a parcela do montante decorrente do fornecimento de energia elétrica dos meses de setembro e outubro de 2009, depositado em juízo em decorrência da ação judicial em curso (Nota 26(c)(i)). Em fevereiro de 2011, o referido montante foi recebido.

(c) Clientes - terceiros - o saldo em 31 de dezembro de 2010 corresponde substancialmente a recebível por venda de projeto básico e estudo de inventário da UHE Garibaldi, recebido em janeiro de 2011. O saldo em 30 de setembro de 2011 estão representados basicamente por recuperação de custos com projetos e serviços prestados pela controlada Enex.

Em 30 de setembro de 2011, não haviam créditos vencidos ou com expectativa de perda; portanto, não foi constituída provisão para créditos de realização duvidosa.

#### Concentração de risco

A Eletrobras (PROINFA) foi responsável por mais de 46% da receita líquida do Grupo no período findo em 30 de setembro de 2011, pois adquiriu a totalidade da energia elétrica a ser produzida pelas PCHs Esmeralda até 22 de dezembro de 2026, Santa Rosa até 30 de junho de 2028 e Santa Laura até 31 de dezembro de 2027, nos termos do contrato de compra e venda de energia celebrado no mercado regulado.

**Notas Explicativas****Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**7 Aplicação financeira restrita**

A movimentação da referida aplicação pode ser assim demonstrada:

	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2010	18.139
Resgates	(1.863)
Rendimentos, líquidos do IRRF	781
Em 30 de junho de 2011	17.057
Novas aplicações	10.199
Rendimentos, líquidos do IRRF	<u>690</u>
Em 30 de setembro de 2011	<u><u>27.946</u></u>

O valor justo das aplicações financeiras em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 aproximam-se de seus valores contábeis.

Os comentários em relação às aplicações financeiras restritas podem ser lidos na Nota 9 às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

**8 Investimentos**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Em empresas controladas	490.978	294.259		
Em empresas coligadas e outras	<u>95.478</u>	<u>66.720</u>	<u>95.478</u>	<u>66.720</u>
	586.456	360.979	95.478	66.720
Aquisição de terras	<u>21.439</u>	<u>20.940</u>	<u>21.439</u>	<u>20.940</u>
	<u><u>607.895</u></u>	<u><u>381.919</u></u>	<u><u>116.917</u></u>	<u><u>87.660</u></u>

## Notas Explicativas

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) A composição do saldos dos investimentos em empresas controladas, coligadas e outras, pode ser assim demonstrada:

	30 de setembro de 2011			31 de dezembro de 2010				
	Custo	Ágio	AFAC	Provisão para perda investimento	Custo	Ágio	AFAC	Provisão para perda investimento
Empresas controladas								
Monel Monjolinho Energética S.A.	124.193			124.193	121.302			121.302
Santa Laura S.A.	32.232			32.232	31.340			31.340
Santa Rosa S.A.	58.588			58.588	54.960			54.960
Esmeralda S.A.	33.458			33.458	27.672			27.672
Moinho S.A.	28.983			28.983	19.373		6.850	26.223
Enercasa - Energia Caiuá S.A.	28.377			28.377				
Energen Energias Renováveis S.A.	12.239	6.970		19.209				
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	1.621	17.264		18.885	534			534
Macaúbas Energética S.A.	44.881			44.881	2.927			2.927
Novo Horizonte	38.174			38.174	2.911		32	2.943
Passos Maia Energética S.A.	21.973	3.541		25.514	19.867	3.541		23.408
Seabra Energética S.A.	38.484			38.484	2.918		32	2.950
	463.203	27.775		490.978	283.804	3.541	6.914	294.259
Empresas coligadas e outros								
Caldas Novas Transmissão S.A.	25			25				
Goiás Transmissão S.A.	12.770			12.770				
MGE Transmissão S.A.	9.749			9.749				
BBE Bioenergia S.A. (ii)	2.213		(2.213)		2.213			(2.213)
Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A.	1.460	838		2.298	316		997	1.313
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	338	325		663	338		325	663
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas (i)	62.022			62.022	57.424			57.424
Dona Francisca Energética S.A. (i)	7.951			7.951	7.320			7.320
	96.528	1.163		95.478	67.611		1.322	66.720
	559.731	27.775	1.163	586.456	351.415	3.541	8.236	360.979

(i) Investimentos classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, como descrito na Nota 2.6.1(c). O ajuste de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 40.825, (líquido dos efeitos tributários - R\$ 35.587). Para 31 de março de 2011, a Companhia manteve o valor justo desses investimentos apurado em 31 de dezembro de 2010 em virtude de não terem sido observadas, no trimestre, variações nas principais premissas adotadas na determinação do valor justo de tais investimentos. Para 30 de junho e 30 de setembro de 2011 o valor justo desses investimentos foi revisado em decorrência da variação de certas premissas, nos valores de R\$ 2.521 e R\$ 2.710 (R\$ 1.664 e R\$ 1.790, líquido dos efeitos tributários), respectivamente.

(ii) Em decorrência do contrato assinado com a SN Power, a Companhia deverá transferir a participação mantida junto à BBE para a Jackson.

## Notas Explicativas

## Desenvix Energias Renováveis S.A.

## Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

	Participação no capital social - %		Patrimônio líquido (passivo a descoberto) (prejuízo) do período		Lucro líquido do período		Valor do investimento		Equivalência patrimonial		Provisão para passivo a descoberto		Lucros distribuídos	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	30 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	30 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	30 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2010	30 de dezembro de 2010
<b>Empresas controladas</b>														
Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix					18.598					16.543				(8.142)
Cevix Energias Renováveis S.A.	99,99	99,99	126.647	127.196	2.424	2.076	121.302	2.892	(5.016)				(1.197)	(3.372)
Monel Monjolinho Energética S.A.	99,99	99,99	32.515	32.134	330	330	31.340	2.089	(577)				(737)	(499)
Santa Laura S.A.	99,99	99,99	60.323	57.459	3.568	58.588	54.960	3.628	(1.104)				(704)	(704)
Santa Rosa S.A.	99,99	99,99	33.650	29.477	5.824	728	33.458	5.786	(49)				(1.604)	(1.604)
Esmeralda S.A.	99,99	99,99	30.438	28.011	441	(23)	27.672	441	(21)					
Moinho S.A.	99,99	99,99	27.596	(4.932)	(1.463)	(354)	26.223	(1.463)						
Energisa - Energia Cainá S.A.	100	50	1.621	1.068	551	556	18.885	551	278					(150)
Enx O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	99,99	99,99	44.321	2.927	(13)	(160)	44.881	2.927	(113)					
Macaúbas Energética S.A.	99,99	99,99	38.021	2.943	(86)	(159)	38.174	2.943	(80)					
Novo Horizonte Energética S.A.	50	50	43.916	39.734	98	(38)	25.514	98	(19)					
Passos Maia Energética S.A.	99,99	99,99	38.039	2.950	(69)	(154)	38.484	(69)	(153)					
Seabra Energética S.A.	88,33		13.856	(231)			19.209	(134)						
Energen - Energias Renováveis S.A.														
<b>Empresas coligadas e outros</b>														
Caldas Novas Transmissão S.A.	25,5	25,5	46.876	26.875	1.649	1.649	25	1.851						
Goias Transmissão S.A.	25,5	25,5	35.683	17.683	1.312	1.312	12.770	(679)						
MGE Transmissão S.A.	12,5	25					9.749							
BBE Bioenergia S.A.	25	25	5.253	457	(5)	(5)	2.298	1.313	(78)					
Energpar Energia do Paraná e Participações S.A.	20	20	1.683	1.691	(7)	(7)	663	663						
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	5	5	600.431	557.742	(27)	20.067	62.022	57.424						
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas (I)	2,12	2,12	117.004	99.616	23.420	19.819	7.951	7.320						
Dona Francisca Energética S.A. (I)							586.456	360.979	14.798	9.485	(2.466)	(2.330)	(1.934)	(14.471)

O patrimônio líquido contábil da Monel Monjolinho Energética S.A., Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Moinho S.A. em 30 de setembro de 2011 foi ajustado, para fins de cálculo da equivalência patrimonial, pelo montante dos lucros não realizados decorrentes de operações realizadas entre a Companhia e as referidas controladas, pelos montantes de R\$ 2.454, R\$ 192, R\$ 283, R\$ 1.735 e R\$ 1.455, respectivamente.

**Notas Explicativas**

A movimentação dos investimentos e da provisão para passivo a descoberto, pode ser assim demonstrada:

	<u>Investimentos</u>	<u>Controladora</u> <u>Provisão para passivo a descoberto</u>
Em 31 de dezembro de 2009	303.180	(2.153)
Aquisição de terras	5.204	
Aquisição de participação societária	9.681	
Adiantamento para futuro aumento de capital	459	
Dividendos recebidos ou a receber	(8.292)	
Ganho de capital	28.831	
Equivalência patrimonial ou complemento da provisão para passivo a descoberto	7.422	(108)
Transferência do intangível - projetos	<u>9.450</u>	
Em 30 de junho de 2010	355.935	(2.261)
Aquisição de terras	1.851	
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.363	
Equivalência patrimonial ou complemento da provisão para passivo a descoberto	2.063	(69)
Parcela cindida em 30 de junho de 2010	(272.233)	
Parcela incorporada em 31 de agosto de 2010	273.880	
Ajustes CPCs não controladores apropriado ao patrimônio líquido	<u>(4.609)</u>	
Em 30 de setembro de 2010	<u>364.250</u>	<u>(2.330)</u>
Em 31 de dezembro de 2010	381.919	(2.466)
Aquisição de terras	499	
Aquisição de participação societária	150.856	
Adiantamento para futuro aumento de capital	57	4.932
Dividendos recebidos ou a receber	(1.397)	
Encargos financeiros capitalizados em controladora	1.390	
Variação no valor de investimentos disponíveis para venda	2.521	
Equivalência patrimonial ou complemento da provisão para passivo a descoberto	<u>7.789</u>	<u>(2.466)</u>
Em 30 de junho de 2011	543.634	
Aquisição de participação societária	52.807	
Adiantamento para futuro aumento de capital	838	
Encargos financeiros capitalizados em controladas	897	
Variação no valor de investimentos disponíveis para venda	2.710	
Equivalência patrimonial ou complemento da provisão para passivo a descoberto	<u>7.009</u>	
Em 30 de setembro de 2011	<u>607.895</u>	

## Notas Explicativas

Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto, consideradas nas demonstrações financeiras consolidadas, proporcionalmente à participação societária mantida, estão resumidos a seguir:

	<b>Passos Maia Energética S.A.</b>	<b>Enex O&amp;M de Sistemas Elétricos Ltda.</b>	<b>Enercasa - Energia Caiuá S.A.</b>
	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Ativo			
Circulante	23.556	1.950	2.668
Não circulante			
Realizável a longo prazo	273		14
Imobilizado	104.116	47.992	636
Intangível			362
	<u>127.945</u>	<u>49.942</u>	<u>3.680</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante	3.425	10.208	2.001
Passivo não circulante	80.604		611
Patrimônio líquido	<u>43.916</u>	<u>39.734</u>	<u>1.068</u>
	<u>127.945</u>	<u>49.942</u>	<u>3.680</u>
		<b>Passos Maia Energética S.A.</b>	<b>Enex O&amp;M de Sistemas Elétricos Ltda.</b>
	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de setembro de 2010</b>	<b>30 de setembro de 2010</b>
Resultado do período			
Receita líquida			10.461
Custo dos serviços prestados			(5.641)
Despesas operacionais	(16)	(38)	(3.958)
Resultado financeiro	114		(43)
Imposto de renda e contribuição social			(263)
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>98</u>	<u>(38)</u>	<u>556</u>

### (c) Informações sobre as empresas controladas e coligadas

Considerando o processo de reestruturação societária ocorrido, como mencionado na Nota 1(c), que resultou na transferência da participação mantida pela Companhia no Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix (controladora da Cevix Energias Renováveis S.A.) para a Jackson Empreendimentos Ltda., mediante processo de cisão, e na incorporação da Cevix Energias Renováveis S.A. (controladora das sociedades a seguir mencionadas), a Companhia passou a ser a controladora direta das empresas a seguir mencionadas:

## Notas Explicativas

- (i) Santa Rosa S.A. - autorização obtida da ANEEL em 21 de maio de 2002 (Resolução nº 279) para explorar uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), com 30.000 kW de potência instalada, pelo prazo de 30 anos, a partir da data de publicação da referida Resolução, tendo iniciado suas operações em julho de 2008.
- (ii) Esmeralda S.A. - autorização obtida da ANEEL em 21 de dezembro de 2001 (Resolução nº 605) para explorar uma pequena central hidrelétrica, com 22.200 kW de potência instalada, pelo prazo de 30 anos, a partir da data de publicação da referida Resolução, tendo iniciado suas operações em dezembro de 2006.
- (iii) Santa Laura S.A. - autorização obtida da ANEEL em 27 de setembro de 2000 (Resolução nº 379) para explorar uma pequena central hidrelétrica, com 15.000 kW de potência instalada, pelo prazo de 30 anos, a partir da data de publicação da referida Resolução, tendo iniciado suas operações em outubro de 2007.
- (iv) Monel Monjolinho Energética S.A. - Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 18/2002, datado de 23 de abril de 2002, para explorar uma usina hidrelétrica (UHE) de 74 MW, bem como as respectivas instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora, pelo prazo de 35 anos contados a partir da data do referido contrato, tendo iniciado suas operações em setembro de 2009.
- (v) Moinho S.A. - autorização obtida da ANEEL em 8 de julho de 2008 (Resolução nº 1.451) para explorar uma pequena central hidrelétrica, com 13.700 KW de potência instalada, pelo prazo de 30 anos, a partir da data de publicação da referida Resolução. A empresa iniciou sua operação comercial em setembro de 2011.

Em 2010, as empresas controladas Barracão S.A., Topázio S.A. e Safira S.A., tiveram sua razão social alterada para Macaúbas Energética S.A., Seabra Energética S.A. e Novo Horizonte Energética S.A., respectivamente. As referidas empresas controladas se encontram em fase pré-operacional e irão explorar as três usinas eólicas que serão construídas, como resultado do Leilão de Venda de Energia nº 03/2009 realizado pela ANEEL em 14 de dezembro de 2009. As autorizações para as referidas empresas estabelecerem-se como Produtor Independente de Energia Elétrica foram emitidas pelo Ministério de Minas e Energia em 17 de junho de 2010 (Macaúbas - Portaria nº 580) e 29 de julho de 2010 (Seabra - Portaria nº 671 e Novo Horizonte - Portaria nº 673), estabelecendo, dentre outras, as seguintes condições: (i) data de início das obras - 1º de outubro de 2010; (ii) data de início da operação comercial - 1º de julho de 2012; e (iii) as usinas terão 30.000 kW de capacidade instalada cada uma, assim como garantia física de energia de 13.400 kW médios para Macaúbas, 11.330 kW médios para Seabra e 10.970 kW médios para Novo Horizonte.

Até 31 de agosto de 2011, a Enex era consolidada proporcionalmente considerando-se sua participação anterior de 50%. A partir de 1º de setembro de 2011 a Companhia adquiriu 50% de participação na controlada em conjunto Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. (Nota 27(e)), passando a consolidá-la integralmente na suas demonstrações financeiras. A Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. tem por atividade a prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas elétricos, prestando serviços para empresas da Companhia, assim como para terceiros.

A coligada Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A. tem por atividade a participação em outras sociedades, tendo como investida (participação de 25%) a Empresa Paranaense de Participações S.A. (EPP) que tem por atividade preponderante a produção, geração, transmissão, distribuição e

## Notas Explicativas

comercialização de energia elétrica, estando atualmente em fase pré-operacional (desenvolvendo estudos e projetos para identificação de potenciais energéticos para possível implantação de futuras pequenas centrais hidrelétricas).

Em 13 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participação societária na Enercasa - Energia Caiuá S.A. ("Enercasa"), passando a deter 50% do capital social da referida sociedade, a qual foi constituída para projetar, construir, operar e comercializar a energia de um sistema integrado de cogeração a partir da biomassa (bagaço de cana e outras) nos termos da Portaria ANEEL nº 89 de 20 de fevereiro de 2009, tendo inclusive firmado Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 23/08 com a CCEE.

Como mencionado na Nota 1((a)(ii)), a ANEEL, através das Resoluções Autorizativas nºs 2.789 e 2.791, de 22 de fevereiro de 2011, aprovou: (i) a transferência da participação societária mantida pelos demais acionistas da Enercasa para a Companhia, passando a mesma a ser a controladora integral da referida sociedade e (ii) a alteração do local de implantação da usina, da capacidade a ser instalada e do sistema de transmissão de interesse restrito. Em decorrência, será firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Energia de Reserva contemplando as referidas mudanças, assim como o novo valor da receita fixa a ser calculado pela ANEEL, com base em recálculo da Receita Anual Variável (RAV) pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no caso de alteração dos valores, ficando mantido o prazo de outorga estabelecido pela Portaria MME nº 89, de 20 de fevereiro de 2009.

Na essência, tal situação representa a descontinuidade do projeto inicial e o início de um novo projeto de construção de usina, uma vez que a Companhia terá um novo parceiro no empreendimento, a construção da usina será em outro local e com características e capacidade diferentes do projeto inicial, entre outras circunstâncias. As perdas estimadas pela não construção da usina foram consideradas nas demonstrações financeiras da Enercasa, sendo reconhecida pela Companhia provisão para passivo a descoberto, no montante de R\$ 4.932, correspondente a 100% da participação societária mantida, assim como nos termos do Contrato de Cessão de Participação Societária firmado em 25 de fevereiro de 2010 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.466 representando 50% de participação da Companhia naquela data), que incorpora a perda estimada pelo não atendimento dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, considerando a corresponsabilidade da Companhia, de R\$ 5.032 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.237), sendo o referido montante pago em junho de 2011.

Em 23 de janeiro de 2008, foi firmada a Carta de Intenções pela qual a Companhia e outra empresa parceira manifestaram a intenção de participar como acionistas da BBE Brasil Bioenergia S.A., que tem por atividade a implantação de uma unidade de extração de óleo vegetal e uma unidade de processamento de biodiesel, com o objetivo de produzir e comercializar o biodiesel, suas matérias-primas e seus subprodutos. Adicionalmente, a referida Carta de Intenções estabelece, entre outros, o seguinte: (i) a Companhia e sua parceira deverão integralizar o capital social, pelo montante de R\$ 2.950, por ocasião da aprovação formal do financiamento pelo BNDES; (ii) o saldo remanescente do capital social, no montante de R\$ 13.050, deverá ser integralizado pela Companhia no momento em que o BNDES liberar os recursos, ou na forma que for exigida na aprovação do projeto pelo BNDES; (iii) que a Companhia, em virtude da aprovação formal do financiamento, constituirá em favor do BNDES garantia corporativa na ordem de 25% do valor financiado para o projeto; (iv) caso a Companhia não apresente a garantia requerida pelo BNDES os demais acionistas poderão cancelar a transação ora contemplada, mediante a adoção de medidas corporativas necessárias para o cancelamento das ações subscritas pela Companhia, ressalvando-se, contudo, que nesse caso todo e qualquer valor pago pela Companhia, como parte do pagamento total pelas ações, será prescrito à BBE Bioenergia S.A.; e (v) no



## Notas Explicativas

caso de inadimplência dos demais acionistas, representando os 75% do capital social, no fornecimento das garantias requeridas pelo BNDES, a Companhia poderá optar pelo cancelamento da transação ora contemplada, mediante a adoção das medidas corporativas necessárias ao cancelamento das ações inscritas, ressalvando-se que nesse caso a Companhia terá direito de receber todo e qualquer valor pago pela aquisição das ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008, a Companhia subscreveu 500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 32,00 cada ação, perfazendo o total de R\$ 16.000, sendo R\$ 500,00 de capital social e R\$ 15.500 de ágio na subscrição de ações, a serem integralizadas na seguinte forma: (i) R\$ 1.475 em cinco dias úteis a contar da data da AGE; (ii) R\$ 1.475 no prazo de trinta dias a contar da data do pagamento da primeira parcela; e (iii) R\$ 13.050 de forma parcelada, no prazo de cinco dias a contar das chamadas do Conselho de Administração, que serão feitas na forma aprovada pelo BNDES. A Companhia, considerando a participação da empresa parceira, integralizou a primeira parcela do capital social, pelo montante de R\$ 738, sendo a segunda parcela integralizada totalmente pela Companhia.

No final de 2009, a BBE Bioenergia S.A. ingressou em juízo com uma ação de execução para cobrança das duas primeiras parcelas relativas à integralização da parcela remanescente do capital social conforme Boletim de Subscrição, no montante original de R\$ 9.163, tendo a Companhia apresentado recursos de embargos a execução, assim como apresentou carta de fiança bancária em garantia. A administração da Companhia entende que a referida integralização deveria ser realizada observando o avanço físico da obra e a liberação das parcelas do financiamento do BNDES, fatos esses não ocorridos, assim como entende que as condições requeridas pelo BNDES na concessão do financiamento, principalmente a apresentação de garantias dos demais acionistas, ainda não foram atendidas. Os advogados da Companhia indicam que por força da condição suspensiva existente no Boletim de Subscrição firmado, a exigibilidade da dívida executada está condicionada à ocorrência de evento futuro, qual seja, a realização de chamadas do Conselho de Administração na forma aprovada pelo BNDES, sendo esse seu melhor entendimento e argumento de defesa na referida ação, indicando que a Companhia não se encontra em mora no que se refere ao cumprimento da obrigação assumida no Boletim de Subscrição como entendido pela BBE Bioenergia S.A. Finalmente, os consultores jurídicos da Companhia, diante da recente decisão do Juízo da execução, a qual determinou a remessa dos autos a outra Comarca em acolhimento da exceção de incompetência relativa oposta pela Companhia, tendo a BBE Bioenergia S.A. interposto recurso de agravo de instrumento, ora pendente de apreciação, classificam o risco de perda como possível.

A Companhia, considerando todo esse contexto, principalmente aquele decorrente do relacionamento entre acionistas, constituiu provisão para perda do montante total do capital social integralizado; todavia, caso ela venha a ser requerida a integralizar a parcela remanescente do capital social, a mesma irá continuar participando na sociedade e, por consequência, revertendo a provisão constituída.

### (d) Aquisição de terras

A Companhia, com o objetivo de viabilizar a obtenção junto a ANEEL das autorizações ou outorgas para implantação futura de PCHs, para as quais vem desenvolvendo estudos de inventário e projetos básicos, está adquirindo antecipadamente terras nas proximidades de onde serão construídas as futuras PCHs (área a ser atingida pelo reservatório), sendo essa uma das condições para seleção e hierarquização dos interessados.

**Notas Explicativas****9 Imobilizado**

	<b>Consolidado</b>			
	<b>30 de setembro de 2011</b>			
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	
			<b>Líquido</b>	
			<b>31 de dezembro de 2010</b>	
Usinas e outros				
Terrenos	20.580	(1.305)	19.275	20.502
Terrenos - processos judiciais (i)	1.398		1.398	853
Reservatório, barragens e adutoras	450.246	(35.957)	414.289	381.856
Edificações, obras civis e benfeitorias	41.506	(2.987)	38.519	29.850
Máquinas e equipamentos	450.894	(16.963)	433.931	133.090
Material em depósito e outros	552		552	837
Móveis e utensílios	587	(107)	480	341
Equipamentos de informática e outros	539	(179)	360	201
Outros	1.182	(21)	1.161	1.299
Sistemas de conexão				
Terrenos	137		137	137
Edificações, obras civis e benfeitorias	296	(25)	271	280
Máquinas e equipamentos	41.319	(1.026)	40.293	20.535
Imobilizados em curso, servidões e outros	2.344	(1.665)	679	632
Adiantamentos a fornecedores	76.757		76.757	124.782
Obras em andamento (ii)	162.847		162.847	92.680
	<u>1.251.184</u>	<u>(60.235)</u>	<u>1.190.949</u>	<u>807.875</u>

(i) Terrenos - processos judiciais - está representado pelo montante depositado em juízo decorrente de ações em curso motivadas por problemas de ordem documental e discordância dos valores provenientes da desapropriação das áreas necessárias à implantação das usinas, como aprovadas pela ANEEL (declaração de utilidade pública para fins de desapropriação). Os consultores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam como prováveis as chances de êxito nessas questões.

(ii) Composição do saldo de "Obras em andamento":

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Obras civis e do reservatório	3.703	
Coordenação e contratação de fornecimento	89.229	33.372
Gastos com meio ambiente	4.924	377
Engenharia e gerenciamento da obra	2.380	2.772
Encargos financeiros	3.390	1.351
Estudos e projetos	13.899	16.078
Engenharia e gerenciamento EPC	10.355	6.844
Canteiro e acampamento	27.903	27.135
Outras	7.064	4.751
	<u>162.847</u>	<u>92.680</u>

## Notas Explicativas

A movimentação do ativo imobilizado pode ser assim demonstrada:

	<u>Usinas e outros</u>	<u>Sistema de conexão</u>	<u>Adiantamentos a fornecedores</u>	<u>Obras em andamento</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2010	568.829	21.584	124.782	92.680	807.875
Adição por aquisição de investimentos				319	319
Adições	67.222	11.015	94.706	89.855	262.798
Depreciação	(11.886)	(566)			(12.452)
Encargos financeiros capitalizados				1.390	1.390
Baixa	(44)	(717)	(1.682)		(2.443)
Transferência entre contas	<u>56.200</u>	<u>3.207</u>	<u>(62.100)</u>	<u>2.693</u>	
Em 30 de junho de 2011	680.321	34.523	155.706	186.937	1.057.487
Adição por aquisição de investimentos	477				477
Adições	100.586	7.110	17.614	15.551	140.861
Depreciação	(6.346)	(253)			(6.599)
Encargos financeiros capitalizados				2.287	2.287
Transferência entre contas	135.215		(93.287)	(41.928)	
Baixa/reclassificação	<u>(288)</u>		<u>(3.276)</u>		<u>(3.564)</u>
Em 30 de setembro de 2011	<u>909.965</u>	<u>41.380</u>	<u>76.757</u>	<u>162.847</u>	<u>1.190.949</u>

As taxas anuais de depreciação de bens do imobilizado são àquelas divulgadas na Nota 11 às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

## 10 Intangível

	<u>Consolidado</u>			
	<u>30 de setembro de 2011</u>		<u>31 de dezembro de 2010</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	
			<u>Líquido</u>	
Estudos de viabilidade e ambiental, de inventário e projetos	31.817		31.817	29.640
Uso do Bem Público (UBP)	66.499	(5.007)	61.492	63.295
Licenças de operação	5.090	(3.117)	1.973	3.734
Direito de autorização (Nota 27)	10.512		10.512	3.541
Ágio na aquisição de investimento	11.513		11.513	
Contratos firmes	5.751		5.751	
Outros	<u>3.000</u>	<u>(906)</u>	<u>2.094</u>	<u>60</u>
Consolidado	<u>134.182</u>	<u>(9.030)</u>	<u>125.152</u>	<u>100.270</u>

A composição dos estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros, pode ser assim demonstrada:

**Notas Explicativas**

	<b>Controladora</b>			<b>31 de dezembro de 2010</b>
	<b>30 de setembro de 2011</b>			
	<b>Contratos com condição resolutiva</b>	<b>Outros contratos e demais custos</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Estudos de viabilidade e ambiental				
UHE Baixo Iguaçu	5.000		5.000	5.000
UHE Itaipiranga	1.100	29	1.129	1.100
UHE Riacho Seco (ii)	3.350	6.907	10.257	10.257
UHE Torixoréu	2.500		2.500	2.500
AHE São Roque (i)		6.853	6.853	6.853
Outros		80	80	
Estudos de inventário				
Rio Itacaiunas	1.820	19	1.839	1.820
Rio Piquiri		102	102	
UHE São Roque (i)				611
Outros		85	85	
Projetos básicos e outros				
PCH Bonança	1.493	154	1.647	1.499
PCH Sossego		86	86	
Outros		2.239	2.239	
	<u>15.263</u>	<u>16.554</u>	<u>31.817</u>	<u>29.640</u>

(i) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofício nº 1.049/2010.

(ii) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofícios nºs 243 e 453 de 2010.

A movimentação do ativo intangível pode ser assim demonstrada:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Em 31 de dezembro de 2010	29.640	100.270
Gastos incorridos no período	2.394	2.394
Gastos apropriados ao resultado (Nota 21)	(2.391)	(2.391)
Aquisição de direito de autorização		7.061
Outras adições		233
Amortização da UBP		(1.202)
Amortização das licenças		(415)
Em 30 de junho de 2011	29.643	105.950
Gastos incorridos no período	2.828	2.828
Gastos apropriados ao resultado (Nota 21)	(654)	(654)
Outras adições		574
Contratos firmes		5.751
Ágio na aquisição de participação de investimento		11.513
Aquisição de participação de investimento		190
Amortização da UBP		(601)
Amortização das licenças		(399)
Em 30 de setembro de 2011	<u>31.817</u>	<u>125.152</u>

**Notas Explicativas**

Os comentários em relação aos ativos intangíveis podem ser lidos na Nota 12 às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

**11 Partes relacionadas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
<b>Ativo circulante</b>				
<b>Contas a receber</b>				
Esmeralda S.A.	340	20		
Santa Laura S.A.	170	10		
Energica Energia Caiuá S.A.	540			
Santa Rosa S.A.	340	20		
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.		220		220
Moinho S.A.	40	60		
Monel Monjolinho Energética S.A.	680	40		
Passos Maia Energética S.A.	60	60	30	30
Novo Horizonte Energética S.A.	120	20		
Macaúbas Energética S.A.	120	20		
Seabra Energética S.A.	120	20		
	<u>2.530</u>	<u>490</u>	<u>30</u>	<u>250</u>
<b>Dividendos a receber</b>				
Monel Monjolinho Energética S.A.		3.372		
Santa Laura S.A.	737	499		
Santa Rosa S.A.		704		
Esmeralda S.A.		3.086		
	<u>737</u>	<u>7.661</u>		
<b>Ativo não circulante - realizável a longo prazo (i)</b>				
Engevix Engenharia S.A.	175	10.655	175	10.655
Energica - Energia Caiuá S.A.	40.945	6.416		3.211
Macaúbas Energética S.A.	3.935	47.570		
Moinho S.A.	15.879	11.920		
Seabra Energética S.A.	6.055	44.489		
Novo Horizonte Energética S.A.	2.844	38.156		
Passos Maia Energética S.A.		4.220		2.110
Usina Pau D'Alho S.A.	12.660	10.302	12.660	10.302
UHE Cubatão S.A.	7		7	
Energen Energias Renováveis S.A.	3.868			
Funcef	4.275		4.275	
Bom Retiro S.A.	129	100	129	101
Água Quente Ltda.			915	
Jackson Empreendimentos Ltda.	14.529		14.529	
	<u>105.301</u>	<u>173.828</u>	<u>32.690</u>	<u>26.379</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>108.568</u>	<u>181.979</u>	<u>32.720</u>	<u>26.629</u>

**Notas Explicativas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Passivo circulante				
Fornecedores				
Engevix Engenharia S.A.			3.495	18.267
			3.495	18.267
Partes relacionadas				
Engevix Engenharia S.A.	1.002		2.180	870
Monel Monjolinho Energética S.A.	16.833	5.084		
Santa Rosa S.A.	1.396			
SN Power (ii)	118.174		118.174	
Energen Energias Renováveis	13.160			
Santa Laura S.A.	62			
Esmeralda S.A.	1.180			
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.		62		
Adami S.A. Madeiras				39
	151.807	5.146	120.354	909
Total do passivo	151.807	5.146	123.849	19.176
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>30 de setembro de 2010</b>	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>30 de setembro de 2010</b>
Resultado do exercício				
Receitas de prestação de serviços				
Cevix Energias Renováveis S.A.		240		40
Esmeralda S.A.	360	180		40
Enercasa Energia Caiuá S.A.	540		540	
Monel Monjolinho Energética S.A.	720	360		80
Moinho S.A.	520	540	520	120
Santa Laura S.A.	180	90		20
Santa Rosa S.A.	360	180		40
Passos Maia Energética S.A.	540	420	270	210
Macaúbas Energética S.A.	540	80	540	
Seabra Energética S.A.	540	80	540	
Novo Horizonte Energética S.A.	540	80	540	
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.		220		220
	4.840	2.470	2.950	770

- (i) Referem-se basicamente a contratos de mútuo, sem vencimento e sem incidência de encargos financeiros.
- (ii) Empréstimo em moeda nacional sujeito a encargos equivalentes a variação do CDI + margem, os quais incidirão somente em caso de não fechamento de negócio (Nota 1).

A receita faturada (montante integral) pela empresa controlada Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., considerada como custo dos serviços de energia elétrica, para as PCHs e UHEs, totalizou R\$ 2.149 no

## Notas Explicativas

período findo em 30 de setembro de 2011. O montante faturado pela Engevix Engenharia S.A. contra a Companhia e suas controladas totalizou R\$ 106.876 no período (R\$ 19.602 em 2010), representado, substancialmente, por custo de construção da usina.

O pessoal-chave da administração inclui os acionistas, diretores e gerentes, cuja remuneração totalizou, R\$ 3.047 no período findo em 30 de setembro de 2011 (R\$ 1.325 em 2010).

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços de gerenciamento das atividades operacionais com a Santa Laura, Santa Rosa, Esmeralda, Monel, Moinho, Passos Maia, Macaúbas, Seabra, Novo Horizonte e Enercasa, sendo os preços determinados considerando os custos internos.

A Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Monel, Moinho e Enercasa possuem contratos firmados com a Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. referentes aos serviços de operação e manutenção para operação das usinas.

### 12 Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Financiamento de obras - BNDES (i)			429.693	362.589
Financiamento de obras - BNB (ii)			196.524	
Cédula de Crédito Bancário (iii)	31.018		31.018	
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (iv)	19.579	26.008	19.614	26.008
Financiamento de capital de giro (v)	10.000	10.005	10.000	10.005
Outros		63	1.378	410
	<u>60.597</u>	<u>36.076</u>	<u>688.227</u>	<u>399.012</u>
Passivo circulante	<u>(49.602)</u>	<u>(18.612)</u>	<u>(92.612)</u>	<u>(47.920)</u>
Passivo não circulante	<u>10.995</u>	<u>17.464</u>	<u>595.615</u>	<u>351.092</u>

A movimentação dos financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2010	36.076	399.012
Captações	124.471	154.471
Pagamentos	(10.745)	(40.249)
Encargos financeiros		
Apropriados ao resultado	7.280	22.872
Capitalizados no imobilizado de controladas	1.390	1.390
Em 30 de junho de 2011	158.472	537.496
Captações	52.001	303.368
Pagamentos	(155.045)	(169.838)
Encargos financeiros		
Apropriados ao resultado	4.272	11.178
Capitalizados no imobilizado de controladas	897	897
A apropriar		4.461
Saldo proveniente de aquisição societária (Enex)		665
Em 30 de setembro de 2011	<u>60.597</u>	<u>688.227</u>

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, são os seguintes:

	Valor contábil		Valor justo	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Financiamento de obras - BNDES (i)	429.693	362.589	429.693	362.589
Financiamento de obras - BNB (ii)	196.524		196.524	
Cédula de Crédito Bancário (iii)	31.018		31.018	
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (iv)	18.619	26.008	18.619	26.008

**Notas Explicativas**

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Valor contábil</b>		<b>Valor justo</b>	
	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Financiamento de capital de giro (v)	10.000	10.005	10.000	10.005
Outros	1.378	410	1.378	410
	<u>688.227</u>	<u>399.012</u>	<u>688.227</u>	<u>399.012</u>

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

- (i) Financiamentos para construção das usinas - BNDES

<b>Empresas</b>	<b>Encargos financeiros - % a.a.</b>	<b>Consolidado</b>	
		<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Esmeralda S.A.	TJLP + 3,5	38.423	42.274
Santa Laura S.A.	TJLP + 3,5	33.540	36.425
Santa Rosa S.A.	TJLP + 3,8	83.643	89.202
Monel Monjolinho Energética S.A.	TJLP + 2,1	185.205	194.688
Passos Maia Energética S.A.	TJLP + 1,9	40.302	
Moinho S.A.	TJLP + 2,0	48.580	
		<u>429.693</u>	<u>362.589</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	<b>Quantidade de parcelas</b>	<b>Mês de vencimento</b>	<b>Ano</b>	
			<b>Primeira parcela</b>	<b>Última Parcela</b>
Esmeralda S.A.	144	Abril	2007	2019
Santa Laura S.A.	144	Julho	2008	2020
Santa Rosa S.A.	168	Fevereiro	2009	2023
Monel Monjolinho Energética S.A.	192	Outubro	2010	2026
Passos Maia Energética S.A.	160	Outubro	2012	2026
Moinho S.A.	192	Agosto	2012	2028

Durante os meses de julho a setembro de 2011, nossos empreendimentos PCH Moinho e PCH Passos Maia obtiveram liberações de parcelas de financiamento de longo prazo junto ao BNDES: (a) PCH Moinho - contrato de financiamento no montante de R\$ 47.850, sendo R\$ 40.000 liberados em 8 de julho de 2011 e R\$ 7.850 liberados em 29 de setembro de 2011; (b) PCH Passos Maia - contrato de financiamento no montante de R\$ 86.564, tendo sido liberado o montante de R\$ 60.000 em maio de 2011 e de R\$ 18.850 em 29 de setembro de 2011, sendo o saldo remanescente com liberação prevista até novembro de 2011. As condições dos financiamentos assemelham-se àqueles financiamentos do BNDES já existentes, cujas informações podem ser lidas na Nota 14(i) às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.



## Notas Explicativas

### (ii) Financiamentos para construção das usinas - BNB

<u>Empresas</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Encargos financeiros - % a.a.</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>
Seabra Energética S.A.	9,5	62.036
Novo Horizonte Energética S.A.	9,5	62.061
Macaúbas Energética S.A.	9,5	72.427
		<u>196.524</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	<u>Ano</u>			
	<u>Quantidade de parcelas</u>	<u>Mês de vencimento</u>	<u>Primeira parcela</u>	<u>Última Parcela</u>
Seabra Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Novo Horizonte Energética S.A.	180	Julho	2013	2028
Macaúbas Energética S.A.	180	Julho	2013	2028

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)".

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7)); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade *Completion Bond*, com validade até 6 meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de 2 anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia.

Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

### (iii) Cédula de Crédito Bancário

Contratada juntos aos Bancos Santander S.A. e Safra S.A., na modalidade de mútuo, sujeita a encargos financeiros correspondentes a 100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de juros de 3,36% ao ano, para pagamento em parcela única com vencimento em outubro de 2011. O Conselho de Administração deliberou pela renovação do referido contrato por mais 60 dias em reunião realizada em 13 de outubro de 2011.

### (iv) Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP)

Obtido para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto denominado "Projetos Básicos, Estudos de Inventário e de Viabilidade Ambiental para Pequenas Centrais Hidrelétricas", sujeito a encargos financeiros correspondentes

## Notas Explicativas

a juros compostos de 5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para pagamento em 49 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em dezembro de 2009 e a última em 2013. Os encargos financeiros serão pagos mensalmente no período de carência (data entre a contratação do financiamento e a data de início de amortização da dívida); posteriormente, serão pagos em conjunto com as parcelas de amortização do financiamento. Em garantia foram oferecidas cartas de fiança bancária.

(v) Financiamentos de capital de giro

Financiamento contratado junto ao Banco do Brasil S.A., sujeito a encargos financeiros mensais correspondentes a 100% da variação do CDI, acrescida de 2,80% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos em 12 parcelas mensais, vencendo a primeira em 17 de setembro de 2011 e a última em 17 de agosto de 2012 e o principal em parcela única com vencimento em conjunto com a última parcela dos encargos financeiros. Em garantia foi oferecido aval da Engevix Engenharia S.A. no montante total da dívida.

### 13 Contas a pagar por aquisição de terras

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Aquisição de terras	2.529	2.646	2.529	2.646
Proprietários de terras	2.037		3.605	2.326
Passivo circulante	<u>4.566</u>	<u>2.646</u>	<u>6.134</u>	<u>4.972</u>

### 14 Concessões a pagar e provisão para custos socioambientais

Vide Nota 16 às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para informações sobre concessões a pagar e provisão para custos socioambientais, as quais não se alteraram para 30 de setembro de 2011.

### 15 Impostos e contribuições

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
COFINS a pagar	110	1	986	895
PIS a pagar	24		214	195
Tributos retidos na fonte (ISS, IRRF, INSS, CSLL e outros) e outros	2.491	2.473	3.690	3.294
Taxas e contribuições ANEEL			590	693
IOF a recolher	2.192	1.440	2.192	1.440
ISSQN a pagar	40	56	293	1.017
	<u>4.857</u>	<u>3.970</u>	<u>7.965</u>	<u>7.534</u>

## Notas Explicativas

### 16 Outros passivos (consolidado)

Vide Nota 18 às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para informações sobre outros passivos, os quais não se alteraram para 30 de setembro de 2011.

### 17 Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 30 de setembro de 2011, está representado por 100.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

#### (b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- . 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado;
- . 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

### 18 Receita operacional líquida

	<b>Controladora</b>			
	<b>Até 30 de setembro de 2011</b>	<b>De 1º de julho a 30 de setembro de 2011</b>	<b>Até 30 de setembro de 2010</b>	<b>De 1º de julho a 30 de setembro de 2010</b>
Serviços prestados	4.840	1.600	2.470	850
Impostos sobre vendas	(280)	(99)	(200)	(65)
Receita operacional líquida	<u>4.560</u>	<u>1.501</u>	<u>2.270</u>	<u>785</u>
	<b>Consolidado</b>			
	<b>Até 30 de setembro de 2011</b>	<b>De 1º de julho a 30 de setembro de 2011</b>	<b>Até 30 de setembro de 2010</b>	<b>De 1º de julho a 30 de setembro de 2010</b>
Fornecimento de energia elétrica	85.809	31.026	71.975	10.971
Serviços prestados	9.198	4.336	5.098	2.196
Impostos sobre vendas	(7.077)	(2.610)	(3.763)	(774)
Receita operacional líquida	<u>87.930</u>	<u>32.752</u>	<u>73.310</u>	<u>12.393</u>

**Notas Explicativas****19 Despesas por natureza**

	<b>Controladora</b>			
	<b>Até 30 de setembro de 2011</b>	<b>De 1º de julho a 30 de setembro de 2011</b>	<b>Até 30 de setembro de 2010</b>	<b>De 1º de julho a 30 de setembro de 2010</b>
Despesas com pessoal	3.849	1.523	2.154	907
Remuneração dos administradores	3.047	1.071	919	481
Serviços de terceiros	3.788	1.246	1.984	768
Viagens e estadias	923	450	360	173
Aluguel	476	169	192	79
Impostos e taxas	136	49	83	19
Depreciação e amortização	31	12	7	4
Propaganda e publicidade	794	9	598	537
Outros	<u>232</u>	<u>75</u>	<u>414</u>	<u>129</u>
Custos, despesas gerais e administrativas e honorários da administração	<u>13.276</u>	<u>4.604</u>	<u>6.711</u>	<u>3.097</u>
	<b>Consolidado</b>			
	<b>Até 30 de setembro de 2011</b>	<b>De 1º de julho a 30 de setembro de 2011</b>	<b>Até 30 de setembro de 2010</b>	<b>De 1º de julho a 30 de setembro de 2010</b>
Despesas com pessoal	10.422	4.353	5.643	2.069
Remuneração dos administradores	3.047	1.071	1.325	481
Serviços de terceiros	5.472	1.920	7.486	1.302
Viagens e estadias	1.628	703	662	308
Aluguel	1.137	457	661	227
Impostos e taxas	535	102	313	48
Encargos Setoriais	5.179	1.955	3.603	384
Depreciação e amortização	21.668	7.599	16.742	2.711
Propaganda e publicidade	807	14	775	546
Seguros fianças e comissões	1.514	477	1.246	371
Compras de energia	944	944		
Outros	<u>1.018</u>	<u>584</u>	<u>814</u>	<u>175</u>
Custos, despesas gerais e administrativas e honorários da administração	<u>53.371</u>	<u>20.179</u>	<u>39.270</u>	<u>8.622</u>

**20 Resultado financeiro**

	<b>Controladora</b>			
	<b>Até 30 de setembro de 2011</b>	<b>De 1º de julho a 30 de setembro de 2011</b>	<b>Até 30 de setembro de 2010</b>	<b>De 1º de julho a 30 de setembro de 2010</b>
Despesas financeiras				
Com financiamentos	(11.552)	(4.272)	(6.631)	(853)
Cartas de fiança bancária	(1.402)	(614)	(1.383)	(973)
IOF e multa e juros sobre tributos	(3.448)	(1.365)	(1.702)	(1.259)
Variações monetárias passivas	(192)	(155)		
Outras despesas financeiras	<u>(114)</u>	<u>(88)</u>	<u>(526)</u>	<u>(479)</u>
	<u>(16.708)</u>	<u>(6.494)</u>	<u>(10.242)</u>	<u>(3.564)</u>
Receitas financeiras				
Com aplicações financeiras	1.004	218	925	902
Variações monetárias ativas			40	18
Juros e outras	<u>1.294</u>	<u>1.151</u>		
	<u>2.298</u>	<u>1.369</u>	<u>965</u>	<u>920</u>
	<u>(14.410)</u>	<u>(5.125)</u>	<u>(9.277)</u>	<u>(2.644)</u>
	<b>Consolidado</b>			
	<b>Até 30 de setembro de 2011</b>	<b>De 1º de julho a 30 de setembro de 2011</b>	<b>Até 30 de setembro de 2010</b>	<b>De 1º de julho a 30 de setembro de 2010</b>

**Notas Explicativas**

Despesas financeiras				
Com financiamentos	(34.050)	(11.178)	(25.139)	(3.748)
Cartas de fiança bancária	(1.402)	(614)	(1.684)	(993)
IOF e multa e juros sobre tributos	(3.883)	(272)	(3.432)	(2.268)
Variações monetárias passivas	(192)	(155)		
Outras despesas financeiras	(5.544)	(3.019)	(6.673)	(179)
	<u>(45.071)</u>	<u>(15.238)</u>	<u>(36.928)</u>	<u>(7.188)</u>
Receitas financeiras				
Com aplicações financeiras	3.221	1.035	1.594	1.071
Variações monetárias ativas	2		52	19
Juros e outras	1.440	1.158	518	133
	<u>4.663</u>	<u>2.193</u>	<u>2.164</u>	<u>1.223</u>
	<u>(40.408)</u>	<u>(13.045)</u>	<u>(34.764)</u>	<u>(5.965)</u>

**21 Despesas com estudos em desenvolvimento**

Os gastos incorridos na elaboração dos estudos de inventário de bacias, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólicos e outros, podem ser assim demonstrados:

	<u>Até</u> <u>30 de</u> <u>setembro</u> <u>de 2011</u>	<u>De</u> <u>1º de julho a</u> <u>30 de setembro</u> <u>de 2011</u>	<u>Até</u> <u>30 de</u> <u>setembro</u> <u>de 2010</u>	<u>De</u> <u>1º de julho a</u> <u>30 de setembro</u> <u>de 2010</u>
PCH Bonito A	(170)	(31)		
PCH Areado	(8)		(1)	
PCH Bonito B	(199)	(12)		
PCH Salto Grande	(184)	(11)		
PCH Pinhalito	(237)	(11)		
EÓLICA Barra dos Coqueiros	(149)			
Rio Piquiri	(102)	(3)	(2.226)	(1.279)
PCH Cascudo	(166)	(12)		
PCH Ervalzinho Baixo	(155)	(12)		
PCH Bandeira	(97)	(12)		
PCH Cobre	(178)	(86)		
PCH São Manoel	(163)	(13)		
PCH Rio do Forno	(222)	(92)		
UHE Garibaldi	95		(6)	19
UHE Riacho Seco	(1)		(20)	(20)
UHE São Roque	99	308	(746)	(687)
UHE Porto Galeano/Torixoréu	(7)		(12)	
UHE Itapiranga	(29)	(11)	(90)	
UHE Santo Antônio	(36)	(36)	(127)	
UHE Saudade	(36)	(36)	(54)	
PCH Sakura	(120)	(46)		
PCH Bom Retiro/Barracão	(3)	(3)	(24)	(7)
PCH Sossego/Chimarrão	(86)	(62)	(36)	(2)
PCH Larguinha Carinhanha			(74)	(11)
PCH Posses Carinhanha			(72)	(11)
PCH Bonança/Quebrada	(154)	(99)	(4)	
PCH Campim Puba Carinhanha			(72)	(11)
Saltinho/Bandeirantes	(11)	(4)	(2)	
Rio da Prata/Canoas/Marombas	(88)	(27)	(189)	(148)
Ceran 2	(21)	(1)	(179)	(89)
BBE - Bioenergia	(344)	(174)		
Usinas Eólicas	(197)	(129)		2
Outros	(76)	(39)	(16)	(16)
	<u>(3.045)</u>	<u>(654)</u>	<u>(3.950)</u>	<u>(2.260)</u>

**22 Imposto de renda e contribuição social****(a) Do período**

O encargo de IRPJ e CSLL nos períodos findos em 30 de setembro podem ser assim demonstrados:

<b>Consolidado</b>	
<b>2011</b>	<b>2010</b>

**Notas Explicativas**

Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	5.131	2.662
Diferido	(3.468)	
	<u>1.663</u>	<u>2.662</u>

O encargo de IRPJ e da CSLL, por regime de apuração, nos períodos findos em 30 de setembro, pode ser assim demonstrado:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Regime de apuração		
Lucro real		
Imposto de renda	3	196
Contribuição social	20	70
	<u>23</u>	<u>266</u>
Lucro presumido		
Imposto de renda	1.075	1.551
Contribuição social	565	845
	<u>1.640</u>	<u>2.396</u>
Total do encargo no exercício	<u>1.663</u>	<u>2.662</u>

O cálculo dos tributos devidos segundo o regime de lucro presumido pode ser assim demonstrado:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2011</b>		<b>2010</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Base de cálculo do lucro presumido				
Receita de venda de energia elétrica	43.810	43.810	71.975	71.975
Receitas financeiras e outras receitas	<u>1.249</u>	<u>1.249</u>	<u>754</u>	<u>754</u>
Lucro tributável				
Receita de venda de energia - 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social	3.505	5.257	6.512	9.391
Receitas financeiras e outras - 100%	<u>1.249</u>	<u>1.249</u>		
Lucro presumido tributável	<u>4.754</u>	<u>6.506</u>	<u>6.512</u>	<u>9.391</u>
Tributos apropriados ao resultado	<u>1.075</u>	<u>565</u>	<u>1.551</u>	<u>845</u>

Como mencionado anteriormente a Companhia optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática de lucro real, tendo apurado nos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010 prejuízos fiscais e bases negativas, como apresentados a seguir:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Prejuízo antes dos tributos	(13.225)	(6.730)
Adições temporárias		
Ajuste ao valor recuperável de ativos	3.239	3.950
Outras adições	220	
Exclusões		
Resultado de participações societárias	(13.165)	(9.520)
Lucro tributado(Incorporação Cevix Energias Renováveis S.A.)		(395)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social	<u>(22.931)</u>	<u>(12.695)</u>

As empresas controladas Enex e Monel apuraram IRPJ e CSLL a pagar no período findo em 30 de setembro de 2011, nos montantes de R\$ 382 e R\$ 1.872 (2010 - somente ENEX, no montante de R\$ 133 - correspondente a participação de 50%), respectivamente.

**Notas Explicativas****(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(9.599)	(3.125)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social e das participações societárias na controladora e controladas, as quais apresentaram prejuízo fiscal no período	27.010	29.026
Lucro não realizado em operações realizadas entre a controladora e as controladas, sem constituição dos tributos diferidos	151	(57)
Resultado de participações societárias	<u>2.005</u>	<u>(134)</u>
	<u>15.557</u>	<u>25.710</u>
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	5.289	8.741
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva		
Diferença de encargo do imposto de renda e da contribuição social de empresas controladas calculados observando a sistemática de lucro presumido à alíquotas e bases diferenciadas	(3.387)	(6.206)
Outros	<u>(239)</u>	<u>127</u>
Encargo no resultado do período	<u><u>1.663</u></u>	<u><u>2.662</u></u>

**(c) Diferido**

A Companhia possui prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável, como apresentados a seguir:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social	21.154	6.106
Despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável	<u>27.249</u>	<u>23.869</u>
Ajuste de avaliação patrimonial de investimentos classificados como instrumentos financeiros - disponível para venda	<u><u>43.723</u></u>	<u><u>40.285</u></u>

A composição do imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo é a seguinte:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Ativo		
Imposto de renda diferido sobre		
Despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável	(10.191)	(8.115)
Regime Tributário de Transição (RTT)	<u>(1.778)</u>	

**Notas Explicativas**

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>31 de dezembro de 2010</b>
Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativa da contribuição social		(2.076)
	(11.969)	(10.191)
<b>Passivo</b>		
Imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial de investimentos classificados como instrumentos financeiros - disponível para venda	15.475	13.696
<b>Líquido</b>	<b>3.505</b>	<b>3.505</b>

A movimentação do imposto de renda diferido é a seguinte:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
Em 31 de dezembro de 2010		3.505
Com contrapartida no resultado		
Constituição do imposto de renda diferido ativo	888	(857)
Constituição de imposto de renda diferido passivo		857
Em 30 de junho de 2011	888	3.505
Com contrapartida no resultado		
Constituição do imposto de renda diferido ativo	802	(921)
Constituição de imposto de renda diferido passivo		921
Em 30 de setembro de 2011	<b>1.690</b>	<b>3.505</b>

Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social não possuem prazo de prescrição, estando, todavia, sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis futuros apurados anualmente.

Os comentários em relação ao imposto de renda e a contribuição social podem ser lidos na Nota 24 às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

**23 Seguros e garantias****(a) Desenvix Energias Renováveis S.A.**

A Companhia contratou cartas de fiança bancária, em garantia de financiamentos, ação judicial em curso (Nota 8) e outras, no montante total de R\$ 153.551. Adicionalmente, a Companhia mantém seguros



## Notas Explicativas

garantia com prazos de cobertura diversos, os quais são normalmente requeridos para participação em leilões ou para garantia na construção de usinas de leilões vencidos pelo Grupo, no montante total de R\$ 27.836.

A Companhia, considerando a natureza de suas operações, não contrata outras modalidades de seguros.

### **(b) Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.**

A Companhia contratou apólice de seguro coletiva de risco operacional, para as empresas Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A., com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência até 12 de setembro de 2012, tendo como limite máximo de indenização para danos materiais (para as duas PCHs), o montante de R\$ 100.000.

A cobertura de seguro contratada tem os seguintes sublimites: R\$ 15.000 para quebra de máquinas, R\$ 5.000 para vendaval até fumaça, R\$ 1.500 para despesas de desentulho, R\$ 1.500 para pequenas obras de engenharia, R\$ 2.000 para erros e omissões, R\$ 1.500 para despesas extraordinárias, R\$ 1.000 para inclusões/exclusões de bens/locais, entre outras, R\$ 28.799 para obras civis, R\$ 20.021 para barragem, R\$ 1.977 para linhas de transmissão, R\$ 15.000 para desmoronamento e R\$ 250 para salvamento e contenção de sinistros.

A Santa Laura S.A. contratou carta de fiança bancária, como requerida pelas condições previstas no contrato de financiamento firmado com o BNDES (Nota 12).

Adicionalmente, as empresas Esmeralda S.A., Santa Laura S.A. e Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 12 de setembro de 2012, com importância segurada de R\$ 2.000, além de danos morais até o limite de R\$ 400.

### **(c) Santa Rosa S.A.**

A Companhia contratou apólice de seguro de risco operacional com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência até 12 de setembro de 2012, tendo como limite máximo de indenização para danos materiais, o montante de R\$ 100.000.

A cobertura de seguro contratada tem os seguintes sublimites: R\$ 15.000 para quebra de máquinas, R\$ 5.000 para vendaval até fumaça, R\$ 5.000 para despesas de desentulho, R\$ 1.500 para pequenas obras de engenharia, R\$ 1.000 para erros e omissões, R\$ 1.500 para despesas extraordinárias, R\$ 1.000 para inclusões/exclusões de bens/locais, entre outras, R\$ 28.799 para obras civis, R\$ 20.021 para barragem, R\$ 588 para linhas de transmissão, R\$ 15.000 para desmoronamento e R\$ 250 para salvamento e contenção de sinistros.

Adicionalmente, a empresa mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 12 de setembro de 2012, com importância segurada de R\$ 2.000, além de danos morais até o limite de R\$ 400.

### **(d) Moinho S.A.**

A Companhia contratou apólice de seguro de risco operacional com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência até 21 de outubro de 2012, tendo como limite máximo de indenização para danos materiais, o montante de R\$ 35.000.

A cobertura de seguro contratada tem os seguintes sublimites: R\$ 15.000 para quebra de máquinas, R\$ 15.000 para desmoronamento, alagamento e inundação, R\$ 5.000 para vendaval até fumaça, R\$ 1.500 para pequenas obras de engenharia, R\$ 5.000 para despesas de desentulho, R\$ 1.500 para despesas extraordinárias, R\$ 1.000 para linhas de transmissão, R\$ 2.000 para erros e omissões, R\$ 1.000 para inclusões/exclusões de bens e R\$ 250 para despesas de salvamento e contenção de sinistros.

Adicionalmente, a empresa mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 21 de outubro de 2012, com importância segurada de R\$ 2.000, além de danos morais até o limite de R\$ 400.

### **(e) Monel Monjolinho Energética S.A.**

A Companhia contratou apólice de seguro de risco operacional com cobertura determinada por

## Notas Explicativas

orientação de especialistas, com vigência até 12 de setembro de 2012, tendo como limite máximo de indenização para danos materiais, o montante de R\$ 135.000.

A cobertura de seguro contratada tem os seguintes sublimites: R\$ 84.055 para quebra de máquinas, R\$ 37.951 para desmoração, alagamento e inundação, R\$ 1.500 para pequenas obras de engenharia, R\$ 5.000 para despesas de desentulho, R\$ 10.000 para linhas de transmissão, R\$ 2.000 para erros e omissões, R\$ 1.000 para inclusões/exclusões de bens.

Adicionalmente, a empresa mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 12 de setembro de 2012, com importância segurada de R\$ 2.000, além de danos morais até o limite de R\$ 400.

A Companhia contratou apólice de seguro de equipamento agrícola (carreta agrícola) com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência até 02 de junho de 2012, tendo como limite máximo o montante de R\$ 340, atendendo assim a condicionante do seu Plano Básico Ambiental Indígena.

A Companhia contratou apólice de seguro de equipamento agrícola (pulverizador de rodas - tratorizado) com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência até 02 de junho de 2012, tendo como limite máximo o montante de R\$ 109, atendendo assim a condicionante do seu Plano Básico Ambiental Indígena.

### **(f) Macaúbas Energética S.A.**

A Companhia contratou carta de fiança bancária, em garantia de financiamentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para implantação de parque eólico Macaúbas, no valor de até 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor do financiamento no valor de R\$ 98.735, com vigência até julho de 2013.

Adicionalmente, contratou seguro garantia com prazo de cobertura de julho de 2011 a fevereiro de 2012, no montante de R\$ 49.367.

### **(g) Novo Horizonte Energética S.A.**

A Companhia contratou carta de fiança bancária, em garantia de financiamentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para implantação de parque eólico Novo Horizonte, no valor de até 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor do financiamento no valor de R\$ 84.630, com vigência até Agosto de 2013.

Adicionalmente, contratou seguro garantia com prazo de cobertura de julho de 2011 a fevereiro de 2012, no montante de R\$ 42.315.

### **(h) Seabra Energética S.A.**

A Companhia contratou carta de fiança bancária, em garantia de financiamentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), para implantação do parque eólico Seabra, no valor de até 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor do financiamento no valor de R\$ 84.620, com vigência até agosto de 2013.

Adicionalmente, contratou seguro garantia com prazo de cobertura de julho de 2011 a fevereiro de 2012, no montante de R\$ 42.310.

### **(i) Passos Maia Energética S.A.**

A Companhia contratou apólice de seguro de riscos de engenharia para as obras civis em construção e instalação e montagem relativas à implantação da usina, com vigência até 19 de dezembro de 2012, com o valor dos seguintes riscos declarados: obras civis em construção - R\$ 45.695; equipamentos - R\$ 25.763; sistema de transmissão - R\$ 10.000; instalação, montagem e comissionamento - R\$ 6.400; entre outras. O limite máximo de garantia da apólice totaliza R\$ 96.488.

Adicionalmente, mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 19 de dezembro de 2011, com importância segurada de R\$ 100.203, com limites máximos de indenização de R\$ 2.400.

## Notas Explicativas

A Companhia contratou também carta de fiança bancária em garantia de financiamentos, no valor limitado de 91,2% da dívida no valor de R\$ 86.564, com vigência até maio de 2013.

### (j) Enercasa - Energia Cauiá S.A.

A Companhia contratou apólice Seguro de riscos de engenharia para as obras civis em construção e instalação e montagem relativas à implantação da usina, com vigência até 1º de novembro de 2012.

## 24 Instrumentos financeiros

Não houve alteração na política de gestão de riscos financeiros da Companhia no terceiro trimestre de 2011 com relação ao descrito nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme divulgado na Nota 26.

### (a) Risco de liquidez

	Controladora				Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 30 de setembro de 2011								
Fornecedores	1.088				120.087			
Financiamentos	52.195	12.366			104.412	145.404	138.213	943.616
Partes relacionadas	153.633				122.180			
Contas a pagar por aquisição de terras	4.566				6.134			
Concessões a pagar					5.627	11.253	11.253	116.282
Em 31 de dezembro de 2010								
Fornecedores	761				42.478			
Financiamentos	21.701	17.523			80.609	127.682	99.979	289.325
Partes relacionadas	5.146				909			
Contas a pagar por aquisição de terras	2.646				4.972			
Concessões a pagar					5.943	10.986	10.986	162.775

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez, uma vez que estão em curso ações para captar recursos adicionais via dívidas de longo prazo ou captação de instrumentos de patrimônio ou de dívida junto a investidores estratégicos.

### (b) Análise de sensibilidade - Fator de risco juros (consolidado)

	Fator de risco	Valores expostos em 30 de setembro de 2011	Variações adicionais no saldo contábil (*)				
			(50)%	(25)%	Cenário provável	25%	50%
Empréstimos e financiamentos	CDI	(41.489)	(548)	(822)	(1.096)	(1.370)	(1.644)
Aplicações financeiras	CDI	27.946	369	554	738	923	1.107
Impacto líquido	CDI	(13.543)	(179)	(268)	(358)	(447)	(536)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(450.215)	(3.303)	(4.955)	(6.606)	(8.258)	(9.910)
Aplicações financeiras	TJLP						
Impacto líquido	TJLP	(450.215)	(3.303)	(4.955)	(6.606)	(8.258)	(9.910)
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	12,50	1,32	1,98	2,64	3,30	3,96
Taxas consideradas - % ao ano	TJLP	6,00	0,73	1,10	1,47	1,83	2,20

(\*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2011.

### (c) Estimativa do valor justo



## Notas Explicativas

### 24.2 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber				
Contrapartes com classificação externa de crédito (*)				
AAA				19.630
BBB			6.957	
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 2		6.416	9.712	8.227
Partes relacionadas				
Grupo 2	107.831	174.318	33.751	26.629
Total de contas a receber e partes relacionadas	<u>107.831</u>	<u>180.734</u>	<u>50.420</u>	<u>54.486</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita (*)				
AAA	49.793	38.703	105.202	75.379
A	42	432	42	432
	<u>49.835</u>	<u>39.135</u>	<u>105.244</u>	<u>75.811</u>

- . Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses) - não aplicável.
- . Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.
- . Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas - não aplicável.

(\*) Conforme Standard Pools.

### 25 Outros riscos operacionais

Não houve alteração na política de gestão dos outros riscos operacionais da Companhia no terceiro trimestre de 2011 com relação ao descrito nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme divulgado na Nota 27.

## Notas Explicativas

### 26 Contingências

As situações para as quais existe o risco de contingências contra a Companhia permanecem inalteradas em relação às informações contidas na Nota 28 às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Uma síntese dos principais processos com perda estimada como possível surgidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, assim como atualizações ocorridas no mesmo período dos processos existentes em 31 de dezembro de 2010 estão mencionados a seguir. As informações dos demais processos nos quais a Companhia é parte podem ser lidas na Nota 28 às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

#### (a) Monel Monjolinho Energética S.A.

##### (i) Ação cautelar ajuizada em caráter preparatório de procedimento arbitral

Em outubro de 2009, o cliente privado ("contratante") ingressou em juízo (ação cautelar ajuizada em caráter preparatório de procedimento arbitral) solicitando a suspensão parcial da exigibilidade dos créditos oriundos do contrato de compra e venda de energia, com pedido de autorização para depositar em juízo as diferenças entre o valor do contrato e o valor pago pela contratante. Inicialmente foi obtida liminar, a qual foi posteriormente cassada em decisão proferida em agravo de instrumento interposto pela empresa, estando ainda pendente de apreciação o pedido feito pela empresa para levantamento dos depósitos judiciais realizados pela contratante.

Em novembro de 2009, foi iniciado o procedimento arbitral, onde a contratante solicita revisão do contrato de compra e venda de energia elétrica, com a redução do preço de aquisição de energia, fixando assim um parâmetro adequado e equânime para ambas as partes, condizente com a atual realidade de mercado relativa ao preço de energia elétrica.

Em janeiro de 2011, a ação foi julgada (sentença arbitral) favorável à Companhia, sendo liberados os correspondentes depósitos judiciais (Nota 6).

### 27 Combinação de negócios e aquisição de controle conjunto

#### (a) Passos Maia Energética S.A.

Informações sobre a aquisição de participação societária na subsidiária Passos Maia Energética S.A. podem lidas na Nota 29 às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

#### (b) Enercasa - Energia Caiuá S.A.

Em 13 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participação societária na Enercasa - Energia Caiuá S.A. ("Enercasa"), passando a mesma a deter 50% do capital social da Enercasa, a qual foi constituída para projetar, construir, operar e comercializar a energia de um sistema integrado de cogeração a partir da biomassa (bagaço de cana e outras) nos termos da Portaria ANEEL nº 89, de 20 de fevereiro de 2009.

Em 25 de fevereiro de 2010, considerando que a Enercasa não deu início ao projeto de construção da usina, resultando, dessa forma, em atraso no fornecimento de energia nos termos dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, a Companhia e a Decasa - Destilaria de Álcool Caiuá S.A. ("Decasa") firmaram Contrato de Cessão de Participação Societária pelo qual a Decasa transferiu para a Companhia sua participação societária na Enercasa, correspondente a 50% do capital social, mediante assunção por parte da Companhia dos passivos existentes na adquirida na data da transação.

Conforme previsto no referido contrato, a aquisição da participação societária na Enercasa pela Companhia estava condicionada, independentemente de qualquer outra formalidade, a publicação

## Notas Explicativas

no diário oficial da anuência prévia da ANEEL em relação aos termos propostos. A referida autorização por parte da ANEEL ocorreu mediante Resolução Autorizativa nº 2.791, de 22 de fevereiro de 2011.

Não foi aplicado o Pronunciamento de Combinação de Negócios (CPC 15), uma vez que na essência, tal situação representou, como mencionado na Nota 8(c), a descontinuidade do projeto inicial e o início de um novo projeto de construção da UTE (usina de biomassa), onde a Companhia terá um novo parceiro no empreendimento, assim como a construção da usina será em outro local e com características e capacidade diferentes do projeto inicial, entre outras circunstâncias. Em decorrência, as perdas complementares decorrentes da descontinuidade do projeto anterior foram provisionadas em 31 de março de 2011.

### (c) Linhas de transmissão - MGE Transmissão S.A. e Goiás Transmissão S.A.

Como mencionado na Nota 1(a)(ii), a ANEEL, em 10 e 15 de março de 2011, emitiu as Resoluções Autorizativas nºs 2.792 e 2.816, aprovando as transferências das ações detidas pela Engevix Engenharia S.A. da MGE Transmissão S.A. e da Goiás Transmissão S.A. (empresas em início de operação) para a Companhia. Considerando que a Engevix Engenharia S.A. é parte relacionada da Companhia, estando as duas entidades sob controle comum, não foi aplicado o método de aquisição para contabilização da transação (CPC 15 - "Combinação de Negócios").

Considerando a participação de 25,5% mantida pela Companhia e a estrutura de governança das entidades onde a Companhia tem poder para indicação de membros do Conselho de Administração, os investimentos foram classificados como investimentos em coligadas e contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, a partir da data da anuência da ANEEL.

### (d) Energen - Energias Renováveis S.A.

Em 21 de janeiro de 2011 a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da ENERGEN - Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério de Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barras dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, estado de Sergipe. Após a celebração do contrato, a Companhia passou a deter 88,33% das ações da Energen, sendo o restante pertencente à acionista Água Quente S.A. Em 10 de maio de 2011, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa 2.880/2011, anuiu a transferência do controle da Energen - Energias Renováveis S.A. Considerando o estágio atual do projeto e que, sob a ótica contábil, o projeto não constituiu um negócio, a transação foi tratada como aquisição de ativos e passivos.

A tabela a seguir resume os ativos adquiridos e passivos relacionados na data da transação:

	<b>Valor justo na data da aquisição</b>
Caixa e equivalentes de caixa	7
Partes relacionadas	14.099
Intangível - direito de autorização	7.061
Imobilizado	319
Fornecedores	(205)
Impostos e contribuições	(211)
Ativos líquidos	<u>(21.070)</u>

## Notas Explicativas

De acordo com o contrato de compra e venda de ações firmado entre a Companhia e a JP Participações Ltda., a Companhia está sujeita ao pagamento de um bônus de performance de até R\$ 4.000, que está vinculado a liberação de certos empréstimos e ao atingimento de montantes de geração de energia elétrica após o fechamento do primeiro quadriênio pós-implantação.

### (e) Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.

Em 1º de setembro de 2011 a Companhia celebrou um Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual adquiriu junto ao Grupo Energia, pelo preço de R\$ 18 milhões, a participação remanescente de 50% na controlada em conjunto ENEX O&M de Sistemas Elétricos Ltda. pertencentes àquele grupo, passando a ENEX a ser uma subsidiária integral da Desenvix.

A tabela a seguir resume os ativos adquiridos e passivos relacionados na data da transação:

	<b>Valor justo na data da aquisição</b>
Caixa e equivalentes de caixa	18
Contas a receber	1.782
Impostos a recuperar	231
Despesas antecipadas e outros ativos	219
Intangível	
Softwares	191
Ágio por rentabilidade futura	11.513
Contratos firmes	5.751
Imobilizado	477
Fornecedores	(203)
Empréstimos e financiamentos	(665)
Salários e encargos sociais	(932)
Impostos e contribuições	(381)
Ativos líquidos	<u>18.000</u>

Consta do Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças cláusula de não-concorrência do Grupo Energia com a Enex pelos próximos 5 anos.

A Companhia efetuou a alocação do preço de compra em forma preliminar devendo ajustar a referida alocação por conta do encerramento de suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

### 28 Resultado por ação - prejuízo básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, ou prejuízo, disponível aos acionistas pela quantidade média de ações em circulação durante o exercício; já o resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado básico por ação, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir as ações adicionais que estariam em circulação caso as transações com potencial efeito de diluição tivessem sido emitidas durante o exercício.

	<b>Controladora</b>	
	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>30 de setembro de 2010</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	(11.447)	(6.863)
Quantidade de ações em circulação ao final do exercício (milhares)	671.000	671.000
Prejuízo por ação	<u>(0,0171)</u>	<u>(0,0102)</u>



**Notas Explicativas**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30 de setembro de 2011</b>	<b>30 de setembro de 2010</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	(11.262)	(5.787)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	671.000	671.000
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	<u>(0,0168)</u>	<u>(0,0086)</u>

Ações em circulação, conforme norma aplicável, referem-se ao total de ações emitidas pela Companhia excluídas aquelas mantidas em tesouraria, quando aplicável.

**29 Transição para o IFRS e CPCs**

A opções adotadas pela Companhia no processo de adoção dos IFRS, assim como a descrição detalhada dos ajustes na suas demonstrações financeiras podem ser lidas na Nota 4 às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

**Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do período findo em 30 de setembro de 2010**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
Saldos anteriormente apresentados	32.185	558.652	32.242	551.930
Ajustes de equivalência patrimonial				
Decorrente de lucros não realizados de serviços prestados pela controladora para as controladas	57	(6.721)		
Ajuste de avaliação patrimonial		36.470		36.470
Imposto de renda diferido, líquido		(3.786)		(3.786)
Depreciação e amortização de controladas	(5.589)	(8.058)	(5.589)	(8.058)
Decorrente de custos provisionados nas controladas para atendimento da licença de operação e UBP	(347)	(665)	(347)	(665)
Reconhecimento do ativo intangível e da obrigação apagar decorrente do direito de outorga - UBP	(4.338)	(7.192)	(4.338)	(7.192)
Ganho de capital - variação no percentual de participação	(28.831)		(28.831)	
Baixa do ativo diferido			365	(1.320)
Saldos ajustados pelos novos CPCs/IFRS	<u>(6.863)</u>	<u>568.700</u>	<u>(6.498)</u>	<u>567.379</u>

\* \* \*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas  
Desenvix Energias Renováveis S.A.

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Desenvix Energias Renováveis S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, bem como as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfase

Conforme mencionado na Nota 1(a)(ii), encontram-se em construção três parques eólicos, duas pequenas centrais hidrelétricas, uma usina térmica de biomassa e duas linhas de transmissão, cujo plano estratégico de investimentos contempla a utilização de recursos próprios e de terceiros, mediante a contratação de financiamentos de longo prazo junto a bancos oficiais de fomento. A administração da Companhia, considerando a importância dos referidos empreendimentos no contexto de suas operações, que possibilitarão a geração de receitas e resultados importantes, decidiu dar início a sua construção utilizando recursos financeiros próprios e de terceiros, mediante a contratação de financiamentos ponte, até que ocorra a liberação dos financiamentos de longo prazo. Como mencionado na Nota 1(d), o equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia, que apresenta, em 30 de setembro de 2011, excesso de passivos sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 243.850 mil, está condicionado e será restabelecido à medida em que a Companhia e suas empresas controladas recebam o saldo remanescente dos recursos financeiros dos financiamentos de longo prazo ainda não liberados, no montante remanescente de R\$ 133.580 mil. Ademais, em 12 de agosto de 2011 foi celebrado com a SN Power e com a Statekraft Norfund Power Invest AS, Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças, por meio do qual captou-se inicialmente um

instrumento de dívida no valor de R\$ 120.000 mil, o qual poderá ser futuramente convertido em capital social da Companhia, caso sejam cumpridas determinadas condições precedentes.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Partes relacionadas

Conforme mencionado nas Notas 1 e 11 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas empresas controladas mantêm relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas.

São Paulo, 9 de novembro de 2011

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Celso Luiz Malimpensa  
Contador CRC 1SP159531/O-0

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO**

**PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09**

Fábio Maimoni Gonçalves, com endereço na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Hoepcke, 179, AP 104, CEP 88.010-130, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o nº 150.680.268-08, na qualidade de Vice Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com os Investidores da Desenvix Energias Renováveis S.A., instituição com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3571 Conjunto 2001, Centro Empresarial Tamboré, CEP 06455-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 00.622.416/0001-41 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2011; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Barueri, 11 de novembro de 2011.

Fábio Maimoni Gonçalves

Vice Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com os Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

DECLARAÇÃO  
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Fábio Maimoni Gonçalves, com endereço na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Hoepcke, 179, AP 104, CEP 88.010-130, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) sob o nº 150.680.268-08, na qualidade de Vice Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com os Investidores da Desenvix Energias Renováveis S.A., instituição com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, 3571 Conjunto 2001, Centro Empresarial Tamboré, CEP 06455-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n.º 00.622.416/0001-41 ("Companhia"), declara, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que: (i) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2011; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Barueri, 11 de novembro de 2011.

Fábio Maimoni Gonçalves  
Vice Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com os Investidores